



Análise de um ano de uso

das Cadernetas Agroecológicas

nos Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil





Análise de um ano de uso

das Cadernetas Agroecológicas

nos Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil



Análise de um ano de uso

das Cadernetas Agroecológicas
nos Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil



PROJETO
PAULO FREIRE
DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E DE CAPACIDADES



PROJETO
DOM HELDER
CAMARA



PROJETO
PROCASE
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO CABRI, SERIDÓ E CURIMATAU



PROJETO
DOM TÁVORA
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS RURAIS
PARA PEQUENOS PRODUTORES



PRO-
SEMIÁRIDO

EQUIPE PUBLICAÇÃO**Elaboração dos Textos**

Liliam Telles
Laeticia Jalil
Rodica Weitzman
Elisabeth Maria Cardoso
Camila Alvarenga
Cícero Augusto
Aline Martins da Silva

Revisão Geral e Organização

Aline Martins da Silva

Capa e ilustrações

Paloma Rolim

Projeto Gráfico e Diagramação

Edileno Santana Capistrano Filho
<https://linktr.ee/edilenocapistrano>

EQUIPE PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL**Coordenadora**

Fabiana Dumont Viterbo

Gerente de Gestão do Conhecimento

Aline Martins da Silva

Gerente Cooperação Sul-Sul e Gerência Administrativa e Financeira

Ruth Elisabeth Pucheta

Gerente de Monitoramento & Avaliação

Adalto Rafael Nascimento Silva

Assessor de Comunicação

Gabriel Monteiro Duarte Cerqueira

Assistente Administrativo-Financeira

Ana Luiza Pinto Palma Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F981a

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Análise de um ano de uso das Cadernetas Agroecológicas nos Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil. – [Salvador] : Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2021.

88 p : gráfs. color., tabs. color.

Este livro traz as informações atualizadas com a análise do uso das Cadernetas Agroecológicas referente ao período de setembro de 2019 a setembro de 2020.

ISBN 978-92-9266-105-2

1. Agricultura familiar. 2. Agricultura. 3. Desenvolvimento rural e econômico. I. Título.

CDU 338.43



O sol alumia

Por Daniela Bento

*Cronista, contista e cordelista e Assessora de Gênero do Projeto Dom Távora em Sergipe.
Do livro O Feminino que Carrego – Cotidiano em Prosa e Verso, Ganesha Produções, 2021.*

A seca que brota do ventre do sertão.
A velha cerca de pau que cutuca o
acalento do vento, as "muié" do meu
sertão...

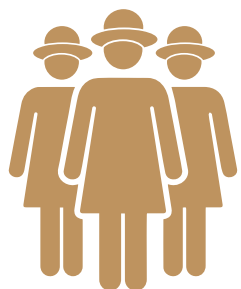
Então são elas: A estrada, a curva, a
poeira, a cerca, a nuvem... elas todas
mulheres.

Entrelaçando dias, partilhas, destinos,
desafios... seguem elas, assim.

E só que quem olha vê as várias formas de
"Ser tão" partilhas femininas.

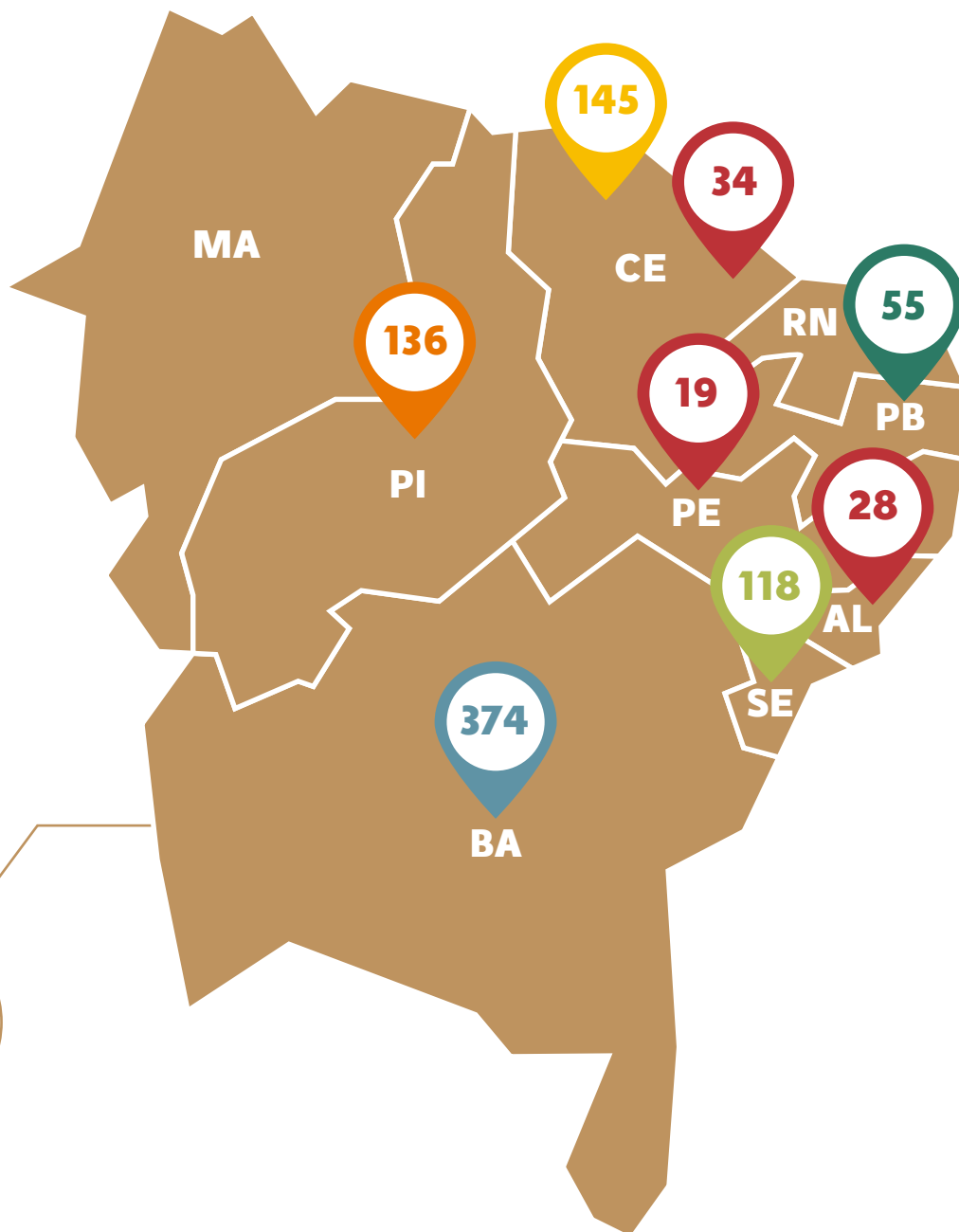


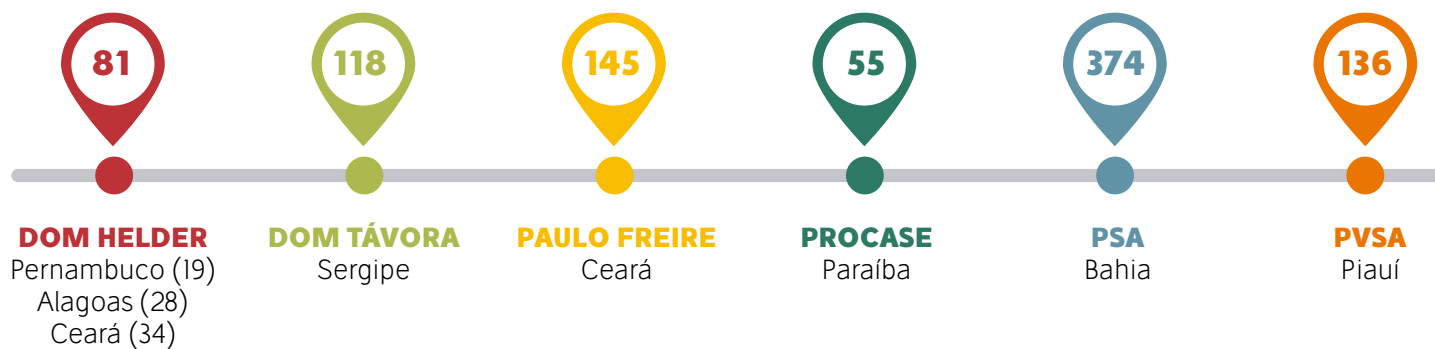
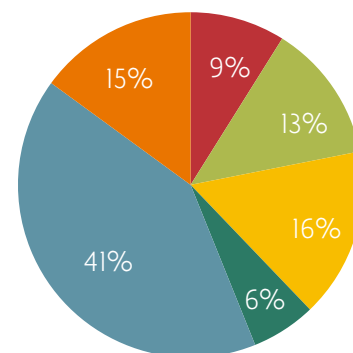
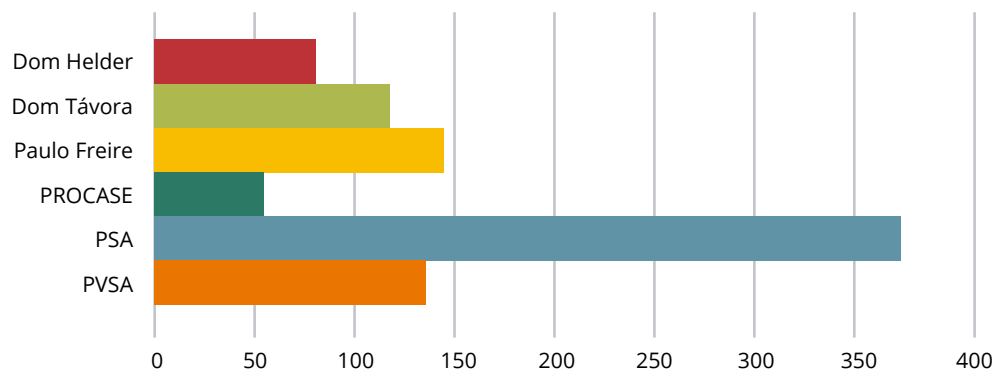
Número de agricultoras que realizaram as anotações nas Cadernetas Agroecológicas por projeto e estado



909

agricultoras (total)
em sete estados
do nordeste do Brasil





Atuação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Brasil, com o apoio do Programa Semear Internacional 12



**Capítulo 1
Cadernetas Agroecológicas 15**



**Capítulo 2
Análise de um ano de uso das Cadernetas Agroecológicas nos Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil 21**



**Capítulo 3
Caracterização socioeconômica das agricultoras acompanhadas no âmbito dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil 25**



**Capítulo 4
A divisão sexual do trabalho pela perspectiva da divisão de tarefas domésticas 33**

Sumária



Capítulo 5
Análise econômica das Cadernetas Agroecológicas: a contribuição das agricultoras para a economia 41



Capítulo 6
Resultados do cruzamento dos dados das Cadernetas Agroecológicas e dos questionários 59



Capítulo 7
A contribuição das agricultoras para a conservação da sociobiodiversidade e para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) 67



Conclusões 85

Referências 87

Atuação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Brasil, com o apoio do Programa Semear Internacional

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) é uma agência de investimentos da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em parceria com governos estaduais e federais, realiza acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural. No Brasil, o principal foco de investimentos do FIDA é a região semiárida, onde promove ações direcionadas ao fomento de projetos produtivos de geração de renda agropecuária, cooperativismo, associativismo e acesso a mercados. Com uma meta que tem a promoção da segurança alimentar nutricional e a diminuição da pobreza no meio rural entre os seus pilares, o FIDA incentiva o fortalecimento de atividades que tenham mulheres, jovens e comunidades tradicionais como públicos prioritários.

O FIDA já viabilizou um montante de mais de US\$ 450 milhões, para implementação de 13 projetos no Brasil, incluindo contrapartidas governamentais. Atualmente, em 2021, seis projetos estão sendo executados, alcançando 250 mil famílias beneficiadas de forma direta. Cinco deles são em parceria com governos estaduais, por meio de acordos bilaterais: Paraíba (Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – Procase), Bahia (Projeto Pró-Semiárido), Sergipe (Projeto Dom Távora), Piauí (Projeto Viva o Semiárido), e Ceará (Projeto Paulo Freire). Já o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), com o governo federal, abrange onze estados – Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Piauí, Paraíba, Sergipe, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo.

Paralelamente aos projetos, o FIDA ainda busca realizar ações que vão além do desenvolvimento produtivo nas comunidades atendidas, estimulando o acesso à informação por meio de programas de doação, como o Programa Semear Internacional (PSI). Com atuação no Brasil, o PSI possui os seguintes eixos: Gestão do Conhecimento, Monitoramento & Avaliação, Comunicação, Diálogos de Políticas e Cooperação Sul-Sul e Triangular, tendo sua operacionalização apoiada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). O Programa trabalha junto aos seis projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, fortalecendo suas capacidades ao realizar atividades que estimulam o conhecimento. O objetivo é facilitar o acesso a saberes e inovações contextualizados para a convivência com o semiárido.

Entre as atividades do PSI estão intercâmbios, capacitações, oficinas e seminários com técnicos e beneficiários dos projetos, formação técnica para gestores públicos, articulações institucionais, promoção do trabalho para a igualdade de gênero, apoio à coleta de dados socioeconômicos e metodização dos resultados, publicações de livros, e produção de conteúdos jornalísticos e comunicacionais em formatos impresso e digital. Dessa forma, o programa vem contribuindo, de forma expressiva, para a sistematização e a disseminação das boas práticas rurais dos projetos do FIDA, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Entendendo o funcionamento de cada componente de atuação do PSI

Gestão do Conhecimento

Capacitações, intercâmbios, encontros temáticos e seminários são as principais atividades desenvolvidas para fortalecer os saberes e a troca de conhecimento entre os projetos, envolvendo técnicos, técnicas, beneficiárias e beneficiários. Os temas mais trabalhados são: acesso a mercados, agroecologia, gênero, gastronomia e caprinovinocultura. Muitos destes eventos resultam em publicações que, em formato impresso e/ou digital, contribuem para a potencialização e a visibilidade destas boas práticas e experiências de sucesso.

Monitoramento & Avaliação

São realizadas capacitações periódicas direcionadas a técnicos e técnicas destas áreas, com a promoção de reuniões em grupos de trabalho e o envolvimento de profissionais de outras instituições. Um sistema de gestão integrada comum a todos os projetos FIDA no Brasil, o Data.FIDA, é o grande produto desenvolvido pelo Semear Internacional neste componente, que contribui para o aumento da qualidade e da precisão

das informações coletadas e processadas pelos projetos.

Comunicação

Componente que permeia todos os outros, a Comunicação do Semear Internacional se vale de diversos canais, como o portal e as redes sociais, para fazer com que o conhecimento e a informação cheguem aos mais diferentes públicos. No site estão disponíveis, por exemplo, as publicações (livros, cartilhas, manuais e estudos), o acervo de vídeos e fotos e o banco de boas práticas já catalogadas, além de textos criados semanalmente e disseminados entre os projetos FIDA. Um recente produto desta área é o Prêmio Semear Internacional de Jornalismo, que condecora as melhores reportagens do Brasil sobre boas práticas rurais e está na sua primeira edição.

Cooperação Sul-Sul e Triangular e Diálogos de Políticas

Fomentar novos conhecimentos e redes através da internacionalização de suas ações: esse é o objetivo da Cooperação Sul-Sul e Triangular. Por meio de intercâmbios, capacitações e seminários envolvendo países da América Latina e África, são abordados temas de interesse comum da agricultura familiar, identificando técnicas e práticas que podem auxiliar os trabalhadores rurais em seus cotidianos. Além disso, o PSI busca facilitar o diálogo sobre políticas públicas, com vistas a apoiar espaços voltados para o debate entre sociedade civil, governos, academia e parceiros.



Conheça mais sobre as ações do PSI, visite a biblioteca virtual e acesse os eventos realizados para juntar-se à rede de disseminação das boas práticas rurais no semiárido, acessando www.portalsemear.org.br.



Caderneta Agroecológica

01 Cadernetas Agroecológicas

Pelas relações de gênero estabelecidas na sociedade, culturalmente o trabalho das mulheres tem menor valor que o trabalho desempenhado pelos homens. A divisão sexual do trabalho, que designa o trabalho dos homens à esfera produtiva e o das mulheres à esfera reprodutiva, também hierarquiza o trabalho dos homens sobre o das mulheres, sendo que um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher (HIRATA; KERGOAT, 2008). Não por acaso, há uma invisibilidade sobre o trabalho realizado pelas mulheres, em especial na agricultura familiar, em que os trabalhos produtivo e reprodutivo muitas vezes se confundem, como é o caso dos quintais, que são considerados espaços da reprodução e de cultivos para o autoconsumo, mas que também geram produtos para a comercialização. Contribuindo para essa invisibilidade, segundo Michelle Perrot (2005), há um projeto social, político e cultural de silenciar a história das mulheres, um recurso para esconder e invisibilizar suas ações e falas, ocultando e/ou excluindo do texto histórico estes sujeitos, acreditando ser o texto histórico a verdade absoluta e inquestionável dos fatos. Por isso, para termos uma visão mais completa da produção e da renda da agricultura familiar e Agroecológica, torna-se necessário questionarmos a forma de olhar o trabalho e a produção das mulheres, com base na economia tradicional, que invisibiliza o trabalho das mulheres e exclui a produção do autoconsumo (que sustenta e garante a segurança alimentar e nutricional das famílias) dos elementos de renda que medem o valor da produção. Para jogarmos luz sobre a produção e a renda das mulheres, buscamos fundamentos da economia feminista que, além da renda, ressalta a

contribuição econômica do trabalho que não produz mercadoria, como o trabalho doméstico e de cuidados, e as referências de bem-estar e autonomia, que, segundo Miriam Nobre (2012), tendem a combinar produção para autoconsumo e mercado, bem como uma visão integrada de território sob manejo e controle das populações que aí convivem. Concebem mercado a partir de relações de proximidade e ciclos curtos que têm consideravelmente menos impactos ecológicos e sobre o tecido social, com consequências positivas para a segurança alimentar e a qualidade de vida de toda a comunidade local, desse modo dando visibilidade ao trabalho e à produção das mulheres.

A intensa movimentação econômica nos quintais das mulheres agricultoras familiares da Zona da Mata de Minas Gerais, principalmente a partir do acesso das famílias às políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), chamou atenção para a necessidade urgente de olharmos mais de perto a produção das mulheres nos quintais, além da produção protagonizada pelas mulheres na propriedade como um todo, até então pouco visibilizada nos estudos sobre renda e produção da agricultura familiar, para melhor assessorar as famílias, em especial as mulheres, a acessarem tais políticas. Mesmo os dados sobre a comercialização dos produtos das mulheres e o acesso delas às políticas públicas de comercialização da agricultura familiar não trazem a real dimensão da contribuição das mulheres na produção e na renda da agricultura familiar, como nos alertaram Emma Siliprandi e Rosangela Cintrão (2011), a partir de estudo

realizado sobre o acesso das mulheres ao PAA: “Verificou-se que, embora as mulheres estejam participando diretamente na produção, a comercialização dos produtos da agricultura familiar ainda é feita, na maioria dos casos, com o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do homem. Produtoras rurais têm, em geral, dificuldades de participar da comercialização, em função de suas atribuições de gênero.” A partir dessas demandas, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)¹, em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, com o objetivo de mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras Agroecológicas, cria o instrumento Caderneta Agroecológica, no ano de 2011, levando em consideração que o ato de anotar a produção não é muito comum na agricultura familiar, menos ainda a produção das mulheres, e, para que as agricultoras passassem a registrar sua produção, teria que ser um instrumento necessariamente simples no qual a anotação fosse feita de forma rápida.

Conheça a Caderneta Agroecológica

Apresentada em formato de caderno, a Caderneta Agroecológica tem quatro colunas para organizar as informações sobre a produção das mulheres. Nela, registra-se cotidianamente o que foi vendido, doado, trocado e consumido, a partir de tudo o que é cultivado nos espaços de domínio das mulheres nas unidades produtivas da agricultura familiar e camponesa, desde a produção agropecuária ao artesanato e o beneficiamento. A Caderneta Agroecológica foi criada como um instrumento político-pedagógico de formação das mulheres, a princípio, com o objetivo de “empoderar” as mulheres a partir da visibilidade gerada e da tomada de consciência sobre a importância do trabalho delas próprias, tendo como ponto de partida a percepção destas sobre a importância da sua participação na produção e na renda familiar, contribuindo, dessa forma, para a promoção da autonomia das mulheres. Mas, assim que apareceram os primeiros retornos das anotações, com resultados parciais surpreendentes para as mulheres e para a equipe do projeto, a Caderneta se revelou um eficiente instrumento de monitoramento da produção das mulheres, valorando a produção quase invisível delas para o autoconsumo, a troca, a doação e a venda.



¹ O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata é uma organização com mais de 30 anos de experiência na promoção da agroecologia para a agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais.

A partir da interação com o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)², em 2013, a Caderneta foi implementada em outras regiões do Brasil numa parceria com a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia; a Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste e a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste; o GT Gênero e Agroecologia da Região Sudeste; e o Movimento de Mulheres Camponesas da Região Sul do Brasil, por meio do Programa de Formação Feminismo e Agroecologia. Nessa iniciativa, foram sistematizados apenas os dados das Cadernetas de duas microrregiões: a Zona da Mata de Minas Gerais e o Sertão do Pajeú em Pernambuco, revelando uma consistência de dados até então não encontrada em estudos anteriores. Com a necessidade de analisar dados nacionais, entre 2016 e 2018, foi realizada uma pesquisa numa parceria entre as redes regionais mencionadas, o GT Mulheres da ANA, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), reunindo outros parceiros. Ao todo, foram sistematizadas trezentas Cadernetas Agroecológicas de dezesseis estados do Brasil. Inspirado nos resultados desse processo nacional, o Programa Semear Internacional, em parceria com o CTA-ZM e o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), propõe no ano de 2018 o “Projeto de Formação e Disseminação do Uso Consciente das Cadernetas Agroecológicas nos Projetos Apoiados pelo FIDA no Brasil”, com o objetivo de sistematizar a produção das mulheres agricultoras acompanhadas pelos projetos localizados no Semiárido brasileiro. O projeto se desenvolveu a partir de junho de 2019 em parceria com os Projetos Dom Távora, em Sergipe; Paulo Freire, no Ceará; Dom Helder Câmara II, em Alagoas, Ceará e Pernambuco; Procace, na Paraíba; Projeto Viva o Semiárido, no Piauí; e Projeto Pró-Semiárido, na Bahia, em 111 municípios, onde foram sistematizadas as Cadernetas de 879 mulheres nas 415 comunidades

rurais envolvidas diretamente no processo, além de envolver suas famílias, equipe técnica e gestores/as dos projetos. O processo de sistematização das Cadernetas Agroecológicas, promovido pelo Programa Semear Internacional, seguiu basicamente a mesma metodologia criada e testada a partir da experiência do GT Mulheres da ANA, com um diferencial que era contar com a contrapartida dos projetos para realização de seminários e/ou encontros estaduais e municipais, além do apoio do GT de equidade de gênero dos projetos FIDA no Brasil³ e por todo o trabalho de campo de aplicação dos Questionários Socioeconômicos e os Mapas da Sociobiodiversidade, de assessoramento, de formação das mulheres e de coleta de dados, todas essas ações de responsabilidade das equipes dos projetos. A pesquisa se constituiu numa outra forma de olhar a agroecologia e o trabalho das mulheres, a partir da Caderneta Agroecológica, dando destaque à produção das mulheres que normalmente não é percebida ou valorizada pela família, mas que é fundamental para a economia do agroecossistema, jogando luz sobre o papel das mulheres como produtoras de alimentos e geradoras de renda, trazendo a reflexão para essas mulheres sobre a importância do trabalho delas na agricultura familiar e camponesa, e apresentando elementos para uma melhor relação de gênero na unidade familiar e nos processos de assistência técnica e extensão rural (ATER) realizados pelas organizações de assessoria.

Dando início ao processo, foi realizado na UFRPE em Recife, em junho de 2019, um seminário inicial com a participação de aproximadamente oitenta pessoas, entre técnicas(os), agricultoras e gestoras(es) dos projetos envolvidos, com os objetivos de apresentar e sensibilizar as organizações parceiras do Programa Semear Internacional sobre o “Projeto de Formação e Disseminação do uso Consciente das Cadernetas Agroecológicas nos Projetos apoiados pelo FIDA

² Grupo de Trabalho criado em 2004.

³ GT de equidade de gênero dos projetos FIDA no Brasil é composto pela equipe de assessoras de gênero, raça e etnia dos seis projetos atualmente (Sena, Elizabeth, Sarah, Gleiciane, Amarize e Maria do Carmo), pela coordenadora e gerente de gestão do conhecimento do Programa Semear Internacional (Fabiana e Aline), além da consultora em gênero para o Fida (Rodica).

no Brasil”; apresentar a metodologia de uso das Cadernetas Agroecológicas para os projetos e as organizações parceiras; discutir sobre a experiência da sistematização nacional das Cadernetas Agroecológicas e seus impactos na vida das mulheres participantes, bem como das equipes técnicas; apresentar e discutir a proposta de sistematização das Cadernetas Agroecológicas na região Nordeste do Brasil; fortalecer um processo de formação em Gênero, Feminismo e Agroecologia junto a técnicos/técnicas das organizações parceiras do FIDA no Nordeste do Brasil; aprofundar a discussão sobre a metodologia feminista na atuação e na implementação dos projetos desenvolvidos em parceria com o Programa Semear Internacional; fortalecer o GT Gênero dos projetos apoiados pelo FIDA para que este cumprisse o papel de monitoramento geral do processo. E, a partir deste momento, todos os seis projetos apoiados pelo FIDA no Brasil iniciaram o processo de multiplicação, formação e uso das Cadernetas com as agricultoras e a equipe técnica.

Um instrumento feminista para visibilizar a produção e o trabalho das mulheres agricultoras

A partir de um processo de pesquisa-ação com os seis projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, foram coletados e analisados os resultados relacionados à produção e à contribuição econômica, ambiental e sociopolítica das mulheres e ao seu autorreconhecimento em relação ao valor de sua produção. A pesquisa se iniciou a partir de um questionamento das bases da economia hegemônica, que apenas considera como parte da economia aquelas atividades que geram recursos monetários, ou seja, apenas as que têm relação com o mercado. Dessa forma, boa parte das atividades que ficam sob responsabilidade das mulheres são invisibilizadas ou

desconsideradas por essa perspectiva da economia, centrada na lógica mercantil. Para um olhar contra-hegemônico sobre a economia, que permita dar visibilidade ao conjunto de atividades protagonizadas pelas mulheres na sociedade, dialogamos com as reflexões propostas pelas economistas feministas. Estas afirmam que a noção de economia deve incorporar todas as atividades necessárias para a sustentabilidade da vida humana. Os dados revelaram a importante produção das mulheres para a venda e o autoconsumo, bem como para a troca com a vizinhança e as doações para escolas, festas comunitárias, atividades religiosas, entre outros. A prática de doação e troca é essencial para o fortalecimento do tecido social dos territórios e, como pontua Cristina Carrasco (2013), promove um deslocamento do eixo e do objetivo social e econômico e provoca mudanças de paradigmas e, conseqüentemente, cria uma nova lógica econômica em desafio à economia capitalista que agora, mais do que nunca, precisa compreender que tal prática emerge das formas de relações que construímos, e não o contrário, como tenta fazer crer o capital financeiro que de tudo se apropria. Mesmo com algumas limitações e dificuldades de manter a anotação das Cadernetas, as mulheres se mostraram impressionadas com os resultados e motivadas com o exercício da anotação, a partir de uma nova visão adquirida sobre sua produção. A partir da pesquisa, concluímos que as Cadernetas Agroecológicas lançam luz sobre as atividades não monetárias realizadas pelas mulheres (como o consumo, a doação e a troca), considerando-as nas análises econômicas, ao mesmo tempo em que traz a reflexão para as mulheres agricultoras sobre sua produção e sobre o valor e a importância dela, permitindo mudanças no planejamento da produção e trazendo visibilidade, “empoderamento” e autonomia para as mulheres que usaram o instrumento. A partir disso, podemos afirmar que as atividades realizadas para o autoconsumo e o conjunto de atividades realizadas para a reprodução da vida, como o trabalho doméstico e de cuidados, também devem ser considerados como parte fundamental da economia das famílias agricultoras. Segundo as equipes técnicas dos projetos, a sistematização das

Cadernetas Agroecológicas tem ajudado a refletir sobre a produção e o trabalho das mulheres na agricultura familiar, sobre os tipos de produtos que elas produzem e o significado dessa produção para a ATER. Os dados sistematizados das Cadernetas apontam os desafios da produção; a importância do que é trocado e doado pelas mulheres, alimentando as relações de solidariedade nas comunidades; a importância da produção para o autoconsumo na manutenção da segurança alimentar e nutricional das famílias; a diversidade da composição da renda gerada pelas mulheres; e ainda traz visibilidade ao trabalho desenvolvido por elas. A reflexão coletiva sobre os dados possibilita questionar o papel subordinado ao qual as mulheres da agricultura familiar estão submetidas e demonstra a importância de uma ATER inclusiva e comprometida com a realidade das mulheres, para gerar impactos positivos na renda e na segurança alimentar das famílias.

As Cadernetas promovem a inclusão da produção cotidiana das mulheres na análise econômica da produção familiar e revela uma renda que antes estava invisibilizada, mas que é fundamental para a produção de alimentos e para a manutenção das famílias no campo. Ao incorporar as Cadernetas Agroecológicas, geramos elementos para a reflexão sobre o trabalho das mulheres e para orientar como a ATER deve atender as mulheres para alcançar os objetivos de melhoria da renda e qualidade de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção; dos mecanismos de acesso aos mercados, ao crédito e financiamento; dos serviços; e da renda de forma sustentável. A metodologia das Cadernetas Agroecológicas contribui para revelar que as mulheres produzem de forma resiliente, saudável e com respeito à vida, sendo muito menos dependentes de recursos externos, construindo sistemas muito mais sustentáveis que os sistemas convencionais. Trazer luz à produção dos quintais torna possível comparar os rendimentos dos diversos subsistemas da unidade familiar e incorporar algumas estratégias adotadas pelas mulheres, em todo o sistema de produção familiar. Os dados de produção dos quintais possibilitam ainda criar

justificativas para futuros projetos para os territórios, centrados na produção dos quintais, na segurança alimentar e no autoconsumo. Os resultados do uso da metodologia das Cadernetas mostram, de forma prática, a relevância de os projetos incluírem ações que incentivem as relações de igualdade de gênero, fortalecendo as mulheres e sua contribuição na renda familiar, como também o reconhecimento delas como sujeitos políticos e econômicos. Há uma percepção de que a sistematização das Cadernetas Agroecológicas possibilita o reconhecimento e a visibilidade do trabalho das mulheres, mas também contribui para trazer o debate sobre as questões de gênero para as organizações, apontando a necessidade de trabalhar com profundidade alguns temas importantes para qualificar o trabalho desenvolvido com as mulheres agricultoras, como a divisão sexual do trabalho, as desigualdades de gênero na agricultura familiar, a violência doméstica, ATER para mulheres, entre outros. A metodologia das Cadernetas Agroecológicas está permitindo monitorar a produção das mulheres de forma simples e fácil, trazendo dados que podem ser inter cruzados com as ações de ATER. Essa metodologia pode contribuir para a revisão dos sistemas de monitoramento dos projetos, aproximando os indicadores econômicos dos indicadores sociais, incluindo os dados da contribuição econômica das mulheres para além da produção anual, das produções de lavouras, animal e para os mercados convencionais. A metodologia tem proporcionado que as mulheres agricultoras se encontrem nas comunidades ou em oficinas para trocar experiências, relatar o que está acontecendo com elas, ouvir umas às outras e chegarem juntas à solução de problemas, trazendo autonomia para elas e, algumas vezes, prescindindo do papel das técnicas de propor soluções para todos os problemas. O processo de formação, indispensável na metodologia proposta, quando bem executado, contínuo e envolvendo tanto equipes técnicas quanto agricultoras, fortaleceu a sistematização das Cadernetas Agroecológicas e possibilitou que as agricultoras entendessem o preenchimento das Cadernetas como parte desse processo de formação.



02 Análise de um ano de uso das Cadernetas Agroecológicas nos Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil

O presente estudo traz as informações atualizadas com a análise do uso das Cadernetas Agroecológicas referente ao período de setembro de 2019 a setembro de 2020, totalizando 13 meses de anotação.

É sabido que o processo de levantamento de dados primários é desafiador. No caso das Cadernetas, existem algumas dificuldades associadas a este processo já complexo. Isto porque as Cadernetas baseiam-se em anotações de produção autodeclaradas e, naturalmente, as percepções individuais são diferentes em relação à produção, relação econômica e valoração daqueles itens que não são convertidos em mercadoria (o que chamaremos a posteriori das relações socioeconômicas não monetárias – troca, doação e consumo). Este ponto, por si só, já estabelece algumas particularidades que devem ser consideradas no processo de sistematização.

Além disso, as Cadernetas são aplicadas em territórios que, apesar de comungarem algumas características, possuem especificidades e heterogeneidades que devem se expressar nas análises, do ponto de vista metodológico e no olhar sobre os resultados. Também por isso, o processo de digitalização, tabulação e sistematização das Cadernetas acaba por não seguir um único padrão, mesmo este tendo sido apresentado e definido em comum acordo com os projetos, e repactuado nos momentos de reflexão realizados virtual e presencialmente ao longo da consultoria. A partir disso, ao longo do processo, a equipe de sistematização se viu diante de alguns desafios não previstos em um primeiro momento.

Feitas estas considerações iniciais, de posse das informações pré-sistematizadas pelas equipes, o primeiro passo era realizar um trabalho de triagem, que se iniciava antes mesmo da sistematização das Cadernetas. Alguns problemas típicos eram identificados e corrigidos, como informações faltantes sobre a relação econômica ou o valor do produto, levando à desconsideração das mesmas.

Os desafios se estenderam também quando da aplicação dos questionários. Uma vez que os Questionários para Caracterização do Perfil Socioeconômico (QCS) foram aplicados em momentos distintos e por pessoas diferentes, foram identificados diversos erros de preenchimento, porém sem um padrão evidente. Ainda, muitas respostas vieram em branco, em diferentes seções do QCS de distintos projetos, o que dificultou aprofundar análises de determinados parâmetros para os dados agregados.

Ademais, é importante ressaltar que as informações mensais dos projetos expressam a diversidade de agricultoras que foram se engajando no processo de uso das CA, numa dinâmica bastante viva, tendo algumas iniciado a participação no último mês de anotações das Cadernetas. A entrada de novas agricultoras ou a sua desistência, por diferentes razões, exigiu a atualização da lista de cadastro de todos os projetos, mensalmente. Ainda, em alguns meses algumas agricultoras não conseguiam realizar anotações por motivos pessoais ou, dada a pandemia, nos últimos meses algumas estavam incomunicáveis.

Tais motivos são diversos e vão desde restrições práticas para a produção (como enchentes, período de estiagem ou seca) à pluriatividade, ou seja, quando a agricultora passa a se dedicar para outra atividade (geralmente não agrícola), acometimento de doença pela agricultora ou alguém da família, viagens prolongadas etc.

Por fim, ainda que a diversidade de situações relatadas acima tenha implicado a redução da base de informações viáveis para a análise, foi constituído um banco de dados com 213.238 (duzentas e treze mil, duzentos e trinta e oito informações), que possibilitaram uma aproximação ou um aprofundamento sobre a realidade das agricultoras, capaz de subsidiar análises bastante interessantes em diferentes níveis.

Essa publicação complementa o livro lançado pelo Programa Semear Internacional no ano de 2020 “Cadernetas Agroecológicas e as Mulheres do Semiárido – de Mãos Dadas Fortalecendo a Agroecologia” que apresentou a análise dos seis primeiros meses de utilização das Cadernetas, correspondendo ao período de agosto de 2019 a fevereiro de 2020, quando 879 mulheres rurais do semiárido utilizaram a ferramenta. Essa primeira publicação está dividida por temas, onde de forma mais profuda se refletiu sobre a participação econômica das mulheres na renda mensal familiar; a construção da assistência técnica rural feminista; a divisão sexual do trabalho; e a relação dos quintais produtivos com a segurança alimentar e nutricional. Acesse a publicação no portalsemear.org.br



Depois da Caderneta

Por Marcilene Araújo

*Agricultora da Comunidade São José dos Cocos/Ipiranga do Piauí.
Beneficiária do Projeto Viva o Semiárido.*



O que mudou foi a preocupação
Eu era uma produtora sem noção
Que trabalhava eu sabia
Mas sem saber o quanto produzia

A Caderneta Agroecológica fez mudar
Por que antes era só trabalhar
No final do dia estava cansada
Pensando que não havia feito nada
Chegou a Caderneta para mudar
Fazer o que já tínhamos se atualizar

As grandes tecnologias aproveitar
Do seu recurso desfrutar
Falar e fazer
Só é perceptivo depois de escrever

O quanto valeu o meu esforço
Somei e já botei no bolso
Por que a criança comeu e vestiu
Depois para a tecnologia sorriu

Final de semana também pôde relaxar
Esquecer o trabalho e descansar
Chamar algumas amigas
Conversar e relembrar com antigas

Uma roda de conversa, não tem melhor
Da garganta fazer descer o pó



03

Caracterização socioeconômica das agricultoras acompanhadas no âmbito dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil

O universo de agricultoras envolvidas com as Cadernetas Agroecológicas por Projeto, e sua distribuição segundo municípios e estados, encontra-se na Tabela 1:

Tabela 1. Quantidade de agricultoras por projeto, UF e municípios envolvidos

Projeto, UF e Município	Número de agricultoras
Projeto Dom Távora	
Sergipe	115
Aquidabã	21
Aracaju	11
Caraíbas	7
Japoatã	2
Nossa Senhora Aparecida	10
Pacatuba	13
Poço Verde	21
Simão Dias	19
Tobias Barreto	11
Projeto Paulo Freire	
Ceará	145
Aiuaba	2
Antonina do Norte	1
Araripe	6

Projeto, UF e Município	Número de agricultoras
Projeto Paulo Freire	
Assaré	8
Campos Sales	2
Coreaú	3
Hidrolândia	2
Ipu	9
Ipueiras	9
Massapê	5
Nova Olinda	2
Olinda	2
Parambu	7
Pires Ferreira	5
Potengi	3
Quiterianópolis	15
Reriutaba	12
Salitre	4
Santana do Cariri	9
Sobral	27
Tauá	12
Projeto Dom Helder Camara II (PDHC II)	
Alagoas	28
Água Branca	2
Arapiraca	2
Craíbas	2
Girau do Ponciano	2
Inhapi	4
Jacaré dos Homens	1
Lagoa da Canoa	3

Projeto, UF e Município	Número de agricultoras
Projeto Dom Helder Camara II (PDHC II)	
Monteirópolis	1
Olho D'Água das Flores	1
Palmeira dos Índios	2
Pariconha	1
Piranhas	1
Poço das Trincheiras	2
Santana do Ipanema	1
Senador Rui Palmeira	1
Tanque D'Arca	1
Traipu	1
Ceará	34
Ipu	4
Quixadá	7
Quixeramobim	11
Santa Quitéria	10
Não identificado	2
Pernambuco	19
Agrestina	1
Bezerros	2
Cumarú	2
Cupira	2
Gravatá	1
Orobó	4
Riacho das Almas	1
Salgadinho	1
Santa Maria do Cambucá	2
Taquaritinga do Norte	1

Projeto, UF e Município	Número de agricultoras
Projeto Dom Helder Camara II (PDHC II)	
Vertente do Lério	2
Projeto Procace	
Paraíba	55
Alcantil	1
Barra de Santana	14
Boqueirão	1
Caturité	3
Congo	6
Cubati	8
Nova Palmeira	1
Picuí	5
Remígio	4
Santa Luzia	2
Sumé	10
Projeto Pró-Semiárido (PSA)	
Bahia	370
Andorinha	3
Antônio Gonçalves	4
Caém	8
Caldeirão Grande	11
Campo Alegre de Lourdes	18
Campo Formoso	23
Capim Grosso	14
Casa Nova	6
Curaçá	5
Filadélfia	14
Itiúba	11

Projeto, UF e Município	Número de agricultoras
Projeto Pró-Semiárido (PSA)	
Jacobina	16
Jaguarari	7
Juazeiro	24
Miguel Calmon	12
Mirangaba	12
Ourolândia	20
Pilão Arcado	29
Pindobaçu	7
Ponto Novo	7
Queimadas	12
Quixabeira	20
Remanso	19
Saúde	15
Senhor do Bonfim	6
Sento Sé	11
Serrolândia	6
Sobradinho	3
Uauá	9
Umburanas	10
Várzea Nova	8
Projeto Viva o Semiárido (PVSA)	
Piauí	138
Bela Vista do Piauí	10
Betânia do Piauí	8
Campo Grande	16
Francisco Santos	23
Ipiranga do Piauí	19

Projeto, UF e Município	Número de agricultoras
Projeto Viva o Semiárido (PVSA)	
Itainópolis	15
Oeiras	9
Picos	20
Queimada Nova	8
São Raimundo Nonato	10
Total Geral	909

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

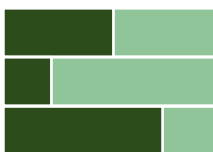
Como pode ser observado na Tabela 1, ao longo desses 13 meses foram acompanhadas 909 agricultoras anotando nas Cadernetas Agroecológicas, distribuídas em 112 municípios. Por sua vez, 642 responderam ao QCS, cujas informações descritivas serão apresentadas ao longo deste documento.

A análise estatística descritiva do universo de Cadernetas Agroecológicas e QCS sistematizados demonstrou que, do total de 642 agricultoras, 60% são casadas e 16% estão em união estável (vide Tabela 2). Complementarmente, menos de 4% declarou morar só, sendo que a coabitação quando não é com cônjuge e filhos(as) (maioria dos casos), se manifesta também com sobrinhos, pais ou avós. Nota-se ainda que 88% possui filhas(os), das quais 88% tem até 5 filhas(os). A média de idade das agricultoras é de 45 anos.

Tabela 2. Estado civil das agricultoras

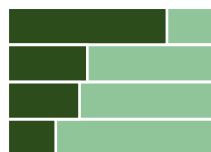
Estado Civil	Proporção
Casada	60%
Divorciada	2%
Separada	2%
Solteira	11%
União estável	16%
Viúva	3%
Não respondeu	6%
Total Geral	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.



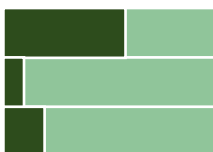
EM RELAÇÃO À COR OU ORIGEM ÉTNICA

53% se autodeclarou parda;
22% se autodeclarou preta;
75% das agricultoras podem ser consideradas mulheres negras, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



EM RELAÇÃO AO ACESSO À ÁGUA

73% das agricultoras possuem cisterna de beber. Em alguns casos, existem outras infraestruturas complementares de acesso à água: **39%** possuem cisterna de produção; **31%** possuem poço artesiano e **21%** recebem água por meio de caminhão pipa.



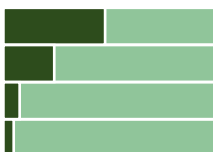
EM RELAÇÃO À CATEGORIA

64% se identifica como agricultora familiar; **9%** como assentadas; **16%** como quilombola. Em menores proporções, também ocorrem as seguintes identidades socioculturais: agroextrativista, comunidade de fundo de pasto, indígena, marisqueira, pescadora e ribeirinha.



EM RELAÇÃO AO EXTRATIVISMO

57% das agricultoras extraem bens naturais da caatinga.



EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE

48% têm ensino fundamental incompleto; **22%** completou o ensino médio; **8%** continuou o estudo e possui ensino técnico ou superior (completo ou não) e **4%** são analfabetas.



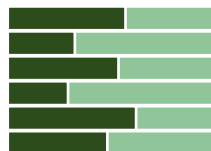
EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS

55% acessam o Programa Bolsa Família (PBF); **40%** acessam o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Nesse caso, como todas as agricultoras são acompanhadas pelos projetos, pode ter havido alguma dificuldade de comunicação no momento de aplicação do questionário, resultando numa porcentagem pequena de agricultoras que reportaram receber assessoria técnica.



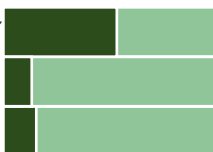
EM RELAÇÃO AO TRABALHO

81% das agricultoras declararam não trabalhar fora de casa; **86%** informou ser a principal pessoa responsável pelo trabalho doméstico na residência, enquanto outras o dividem com os demais membros da família.



EM RELAÇÃO AO ACESSO A MERCADOS

60% realiza vendas em casa e **36%** vende na comunidade. **55%** participa de grupos produtivos ou de interesse, sendo que **33%** destes grupos é formal **68%** é misto (ou seja, composto por homens e mulheres), e **48%** integra alguma organização econômica, na maioria associações.



EM RELAÇÃO A TERRA

Pouco mais da metade (**54%**) possui terra própria e **12%** acessa a terra por comodato. Dentre as que são proprietárias de terra, apenas **18%** possuem documentação em seu nome.



EM RELAÇÃO A ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

82% das agricultoras participam de alguma associação, não necessariamente através do grupo de interesse, e **45%** participa de algum sindicato. Na maioria dos casos elas exercem cargos de liderança, tanto nas associações quanto nos sindicatos.

Em geral, essa descrição representa também as realidades específicas das áreas de atuação dos projetos apoiados pelo FIDA envolvidas com as Cadernetas Agroecológicas.



04 A divisão sexual do trabalho pela perspectiva da divisão de tarefas domésticas

A Economia Feminista é um campo teórico muito diverso, com distintas correntes que produzem análises segundo influências tanto da teoria feminista quanto da economia. As análises aqui realizadas são inspiradas numa corrente denominada por algumas autoras – como Amaia Pérez Orozco – como Economia Feminista de Ruptura, que propõe a necessidade de rupturas epistemológicas, metodológicas e políticas com as escolas do pensamento dominante, seus conceitos e lógicas explicativas (OROZCO, 2005). Entre essas rupturas, destaca-se a mudança do foco do debate econômico do mercado para a sustentabilidade da vida.

Um conceito particularmente importante para este campo teórico é a Divisão Sexual do Trabalho, proposto por Danièle Kergoat (2003), que contribui para entender como os vieses de gênero são responsáveis por reproduzir padrões que alimentam um ciclo de desigualdades estruturais para as mulheres. De acordo com Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é historicamente adaptável e é regida por dois princípios: o da separação e o da hierarquia. O primeiro impõe uma suposta separação entre atividades de homens e mulheres, atribuindo a estas as atividades da reprodução social. O segundo afirma que as atividades produtivas, atribuídas aos homens, têm maior valor social em relação às atividades reprodutivas, criando limites e hierarquizando as relações a partir de vieses de gênero.

Esses vieses são ainda mais reforçados no meio rural, e suas contradições são facilmente observadas

nas relações de trabalho, pois boa parte das atividades produtivas das mulheres rurais se realizam no entorno de casa e, por este motivo, são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É o que ocorre com a produção nos quintais, o trabalho na horta, o cuidado com os pequenos animais e o próprio beneficiamento quando é feito nas dependências do domicílio, que não são considerados como trabalho e não são reconhecidos por sua contribuição econômica. Veremos adiante que é dos quintais – espaço protagonizado pelas mulheres – que sai boa parte da alimentação da família e, em muitos casos, também dos produtos comercializados, como será apresentado nas seções subsequentes.

Ainda, não somente as mulheres participam do trabalho produtivo, como são majoritariamente responsáveis pelo trabalho reprodutivo.

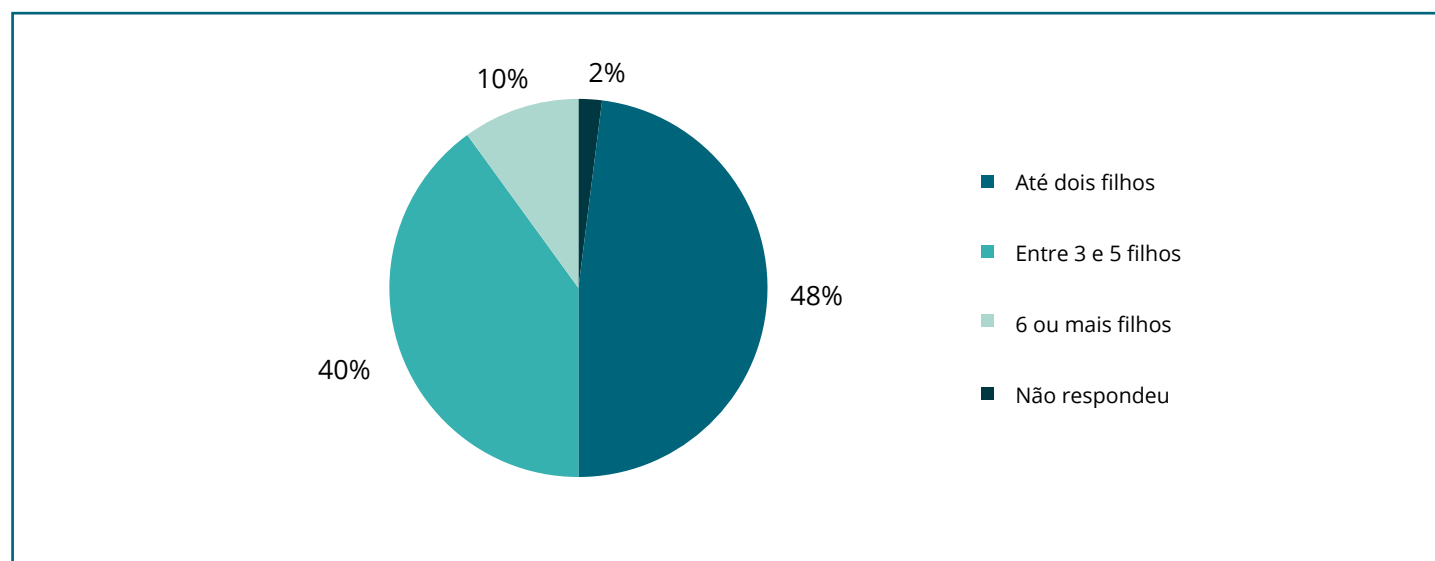
Para iniciar esta discussão, nesta seção, são apresentados os dados relativos à composição familiar e à divisão do trabalho dentro do domicílio. No intuito de estabelecer alguns padrões, serão apresentadas informações comparativas com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2019 (IBGE, 2019) para os estados em que os projetos estão inseridos.

Como apresentado na Tabela 2, a maior parte das mulheres envolvidas no trabalho com as Cadernetas Agroecológicas são casadas ou estão em união estável (76%).

Dessas 487 mulheres, apenas 6 estão em um relacionamento homoafetivo, ou seja, 97% delas tem um homem como companheiro que, quase em sua totalidade, reside junto à agricultora.

Ainda, de acordo com os dados dos QCS, 88% das agricultoras entrevistadas possuem filhos. Destas, quase metade possui, no máximo, 2 filhos, como ilustra a Figura 1.

Figura 1. Distribuição do número de filhos das agricultoras que são mães



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Entre as 566 agricultoras com filhos, 67 ou 12% não residem mais com os mesmos – esse é o caso das agricultoras que possuem apenas filhos adultos; e 41% das mulheres residem com, no máximo, 2 filhos.

Esta é uma questão importante que poderia dar indicativos para analisar o impacto que os cuidados com filhos – no caso das mulheres que residem com filhos pequenos – poderia ter sobre a produção econômica das agricultoras. No entanto, o percentual de “não resposta” dessa pergunta foi de 34%, que indica uma margem de erro relativamente alta.

A idade média dos filhos é uma informação com pouca capacidade descritiva nesse caso, porque o desvio padrão do número de filhos é muito alto. Isso quer dizer que a amostra é muito heterogênea: existem agricultoras cujos filhos são bebês ou crianças pequenas, e outras cujos filhos mais jovens têm 40 anos. Uma possibilidade de descrição com maior potencial de interpretação consiste em verificar a proporção de domicílios que possuem filhos acima de 14 anos, que podem contribuir com o trabalho doméstico e como força de trabalho para a produção, e aqueles domicílios com crianças menores de 10 anos, que sugerem uma rotina com maior sobrecarga com o trabalho de cuidados e, portanto, menos tempo para o trabalho produtivo.

Nesse sentido, verifica-se que 33% das 566 mães entrevistadas possuem filhos menores de 10 anos, sendo que 38% destas possuem exclusivamente filhos nessa faixa de idade. Ou seja, 71 agricultoras da amostra são mães apenas de crianças menores de 10 anos.

Não somente, observa-se que, de maneira global, 325 ou 57% das 566 mães entrevistadas possuem filhos com idade igual ou superior a 14 anos. Nesses domicílios, em 82% dos casos existe algum filho ou filha de 14 anos ou mais que participa do trabalho doméstico.

Este padrão se diferencia quando se aplica um recorte de cor e etnia entre as agricultoras, como apresentado na Tabela 3:

Tabela 3. Proporção de agricultoras com filhos segundo a cor e etnia

Cor/Etnia	Média do número de filhos (as)	Filhos menores de 10 anos	Filhos maiores de 14 anos
Branças	2,9	22%	67%
Pardas	2,9	21%	58%
Povos Indígenas	5,5	0%	100%
Pretas	2,9	19%	53%
Povos Quilombolas	3,7	18%	58%

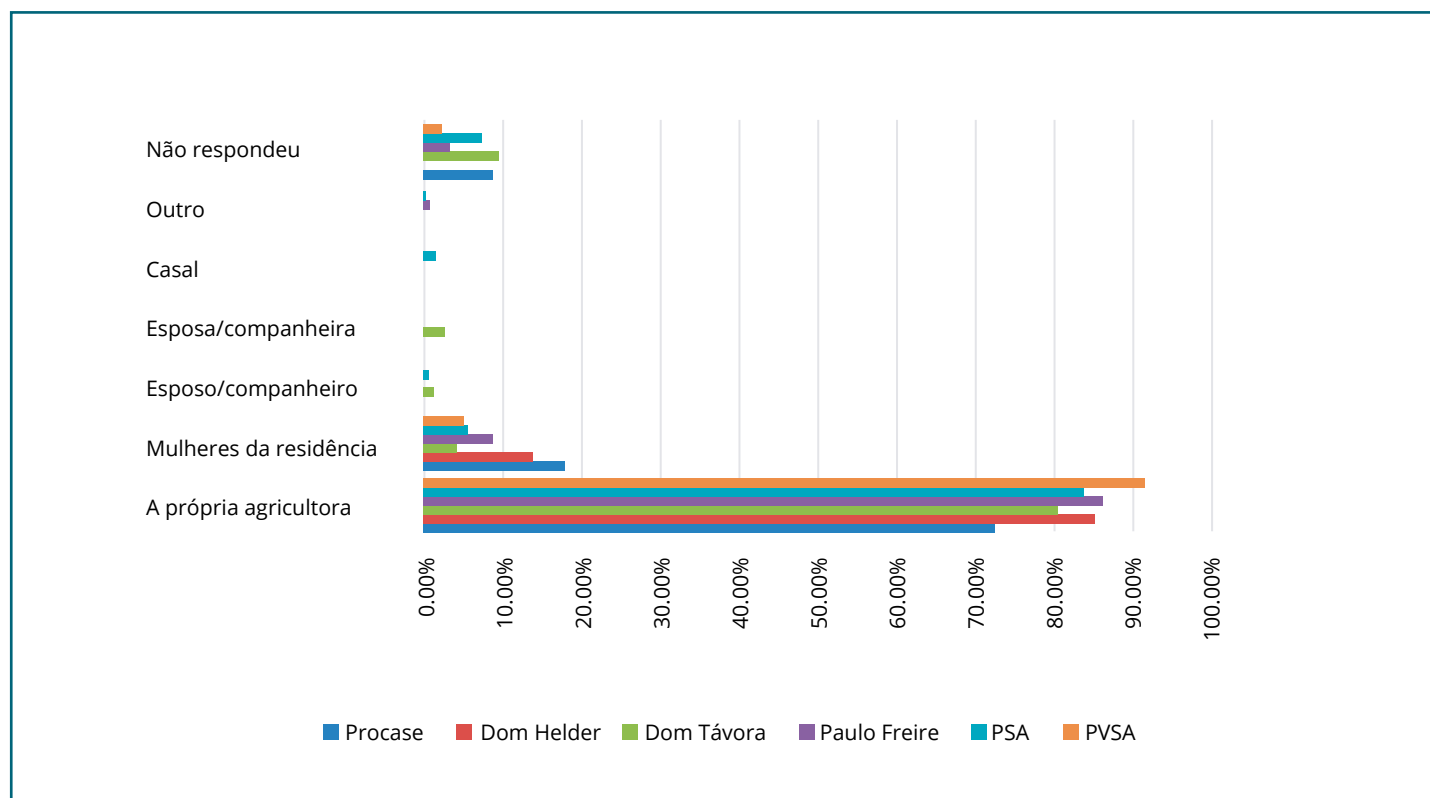
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Vê-se que as agricultoras brancas, pardas e pretas possuem, em média, 3 filhos, enquanto as quilombolas possuem aproximadamente 4. Em todos esses casos, aproximadamente 20% delas possuem filhos menores de 10 anos e 60% possuem filhos com mais de 14 anos (67% no caso das brancas e 53% das pretas). No caso dos domicílios de agricultoras indígenas, o padrão é distinto: a média de filhos é superior (entre 5 e 6 filhos (as)) e todos possuem mais de 14 anos.

Finalmente, é importante analisar como a divisão sexual do trabalho se materializa na vida das agricultoras. No Brasil, dados da FAO demonstram que as mulheres rurais desempenham uma jornada de 27,5 horas semanais em média com o trabalho não remunerado, incluindo as atividades domésticas, enquanto que os homens despendem apenas 5,2 horas semanais (FAO, 2017). Nesta pesquisa constatou-se que, nos casos de relacionamentos homoafetivos, 5 das seis mulheres que são cônjuges da agricultora responsável declararam participar das atividades domésticas, enquanto que dentre os cônjuges homens, 66% participam destes afazeres, conforme relatado pelas agricultoras.

A Figura 2 apresenta este viés considerando os outros membros do domicílio.

Figura 2. Principal responsável pelo trabalho doméstico no domicílio das agricultoras



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

A partir da Figura 2, percebe-se que, em média, em 85% dos casos é a própria agricultora a principal responsável pelas atividades domésticas. Em alguns casos (7%), a agricultora divide o trabalho com outra mulher do domicílio, ou então essas atividades são assumidas por essas outras mulheres, predominantemente mães e filhas da agricultora. Em apenas 2% dos casos os homens da família protagonizam o trabalho doméstico, dividindo as atividades com a companheira ou assumindo-as inteiramente.

Nos casos em que existe participação dos filhos no trabalho doméstico, existe uma certa paridade entre os gêneros - 51% do trabalho é realizado por meninas e mulheres e 49% por meninos e homens. Vale notar, como observado acima, que a distribuição é bastante desigual quando o que se analisa é a responsabilidade pelas atividades domésticas.

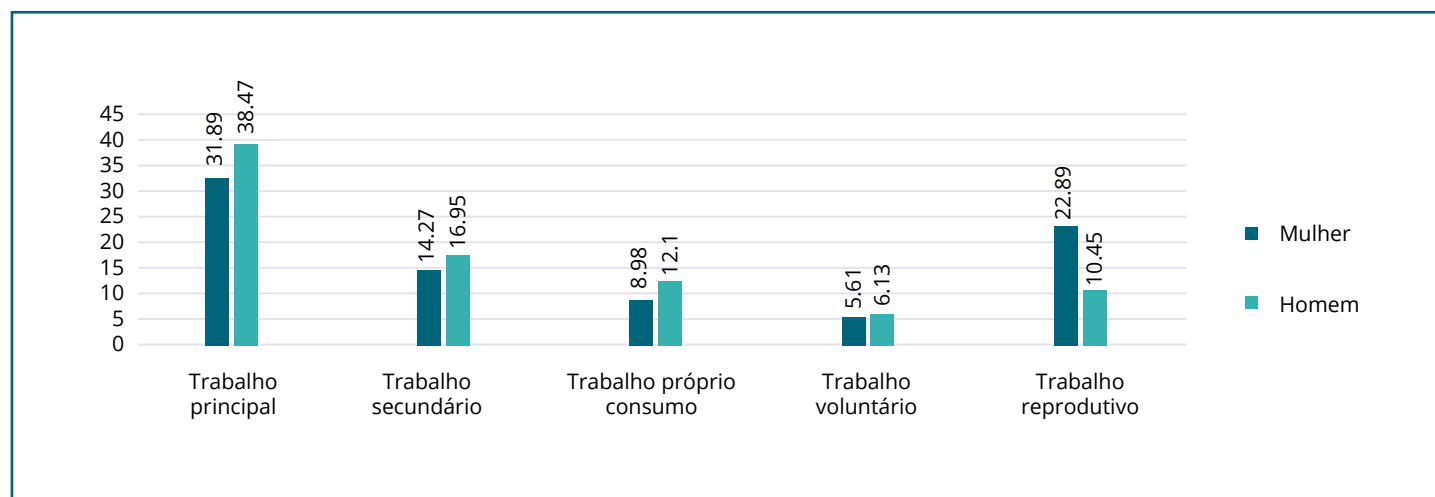
De acordo com os dados da PNAD (2019), os afazeres domésticos realizados pelas mulheres no Brasil rural são diversos, e 93% delas declarou ter feito tarefas domésticas para o próprio domicílio, sendo que, em média, elas realizam 23 horas deste tipo de atividade durante a semana. Não somente, aproximadamente 90% declarou ser a responsável por preparar alimentos e cuidados relacionados à cozinha, limpeza ou manutenção de vestuário, confirmando a importância do trabalho doméstico das mulheres rurais no Brasil. As especificidades destes trabalhos são apresentadas na Tabela 4, abaixo:

Tabela 4. Afazeres Domésticos realizados pelas mulheres rurais no Brasil, 2019

Afazeres Domésticos	Frequência	%
Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio	41739	92,72%
Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças	40416	89,78%
Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos	38657	85,87%
Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim	34646	76,96%
Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio	28167	62,57%
Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.)	26193	58,18%
Cuidar dos animais domésticos	25705	57,10%
Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos?	11426	25,38%
Fez alguma tarefa doméstica em domicílio de parente	2249	5,00%
Outras tarefas domésticas para o próprio domicílio	58	0,13%

Fonte: IBGE – PNAD, 2019.

Ainda, considerando todos os trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres no meio rural, declarados na PNAD em 2019, é simples demonstrar que ambos se dedicam de forma equitativa às atividades laborais: mesmo que homens declarem (ligeiramente) maior número de horas destinadas para trabalhos remunerados. No entanto, quando se trata dos trabalhos reprodutivos, as mulheres exercem mais que o dobro. Estes dados reforçam a necessidade de observar mais de perto tais atividades, para efetiva valorização do trabalho realizado para a reprodução social, sobretudo no meio rural em que o trabalho informal e para o próprio consumo é mais persistente para as mulheres. Esta relação está expressa na Figura 3:

Figura 3. Média de horas de Trabalho de homens e mulheres rurais no Brasil, 2019

Fonte: IBGE – PNAD, 2019.

Apesar do notório acúmulo do trabalho doméstico sobre as mulheres, diferentemente do que se observa nas estatísticas oficiais do país, este não possui especificidades de cor e etnia dentre as agricultoras entrevistadas. Como mostrado na Tabela 5, a própria agricultora é responsável pelas tarefas domésticas em mais de 85% dos domicílios em que são brancas, pardas, pretas ou quilombolas. Esta proporção é ligeiramente menor (75%) no caso das indígenas, mas que de todo modo reforça o padrão. Não somente, é também diferente a participação dos filhos nas atividades domésticas dentre os referidos grupos. Aproximadamente 45% dos filhos de agricultoras negras (pardas, pretas e quilombolas) participam da atividade doméstica, número similar à proporção de filhos com mais de 14 anos de idade. No caso das brancas, a participação dos filhos nessas atividades é de 53%. A maior participação dos filhos nas atividades, no entanto, se dá em domicílios de agricultoras indígenas, em que em 75% destes domicílios as tarefas são distribuídas.

Tabela 5. Proporção de casos onde a própria agricultora é a principal responsável pelas tarefas domésticas e há participação dos filhos nas atividades

Cor/Etnia	Agricultora Responsável	Filho Participa
Branças	84%	53%
Pardas	85%	46%
Povos Indígenas	75%	75%
Pretas	88%	47%
Povos Quilombolas	89%	46%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Antes da Caderneta

Por Marcilene Araújo

*Agricultora da Comunidade São José dos Cocos/Ipiranga do Piauí.
Beneficiária do Projeto Viva o Semiárido.*

Trabalhava a noite e o dia
Sem saber o quanto produzia
Pois nada era anotado
Com a produção sem resultado

As vezes saia para me divertir
Incomodada por nada produzir
Pensava que não tinha o dinheiro
Porque só trabalhava o companheiro

Desde muito pequena trabalhei
Mas o que produzia nunca anotei
Pois não tinha motivo
Vivíamos sem incentivo

Sarah Luiza apareceu
Trouxe uma equipe que surpreendeu
SEMEAR, IICA e FIDA
Grandes equipes sem nenhuma crítica

Cada um com o seu papel
Desempenho mostra o cordel
Equipe bem preparada
Chegou e fizeram uma misturada

Fizeram entender com uma palestra
Com um o outro se completa
Para a Caderneta uso o meu pensamento
Com a Caderneta não tenho aborrecimento





05 Análise econômica das Cadernetas Agroecológicas: a contribuição das agricultoras para a economia

Nesta seção apresentamos as informações descritivas dos dados das Cadernetas Agroecológicas, referentes aos 13 meses de execução, com a sistematização das anotações realizadas até setembro de 2020. Além de evidenciar a contribuição econômica das agricultoras Agroecológicas do semiárido brasileiro, pretende-se demonstrar a amplitude e a dinamicidade das relações econômicas que desempenham, à luz da Economia Feminista e de correntes não ortodoxas da economia.

Como será visto adiante, outras dimensões dessa vida econômica se concretizam nas doações e trocas realizadas pelas agricultoras. Nesse sentido, conforme afirma Polanyi (1944), a manutenção dos laços sociais é crucial, e os interesses individuais são melhor atendidos dentro da dinâmica social na prática de dar e receber, que é um dos pilares do que este autor denomina como Economia Substantiva. A economia, ao contrário do que afirmam as escolas dominantes, está imersa na sociedade, e uma não pode ser dissociada da outra.

De maneira complementar, a Economia Feminista converge com a concepção de Economia Substantiva proposta por Polanyi, na aspiração por uma economia que incorpore todas as atividades necessárias para a manutenção da vida nas análises econômicas. (TELLES, 2018). Além disso, ambas as correntes possibilitam, entre outras coisas, reconhecer as mulheres como agentes econômicos, ao integrar o âmbito não-mercantil das trocas ao modelo econômico. Assim, se visibiliza, para além das doações e trocas, a produção para o autoconsumo, tão significativa para que a vida se sustente.

Na Tabela 6, estão sumarizadas as informações referentes à quantidade de agricultoras cujas Cadernetas foram sistematizadas, por projeto:

Tabela 6. Número e porcentagem das Cadernetas sistematizadas

Projeto	Número de agricultoras	Proporção
Dom Helder	81	9%
Dom Távora	118	13%
Paulo Freire	145	16%
Procasa	55	6%
PSA	374	41%
PVSA	136	15%
Total	909	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Como explicitado na tabela acima, foram sistematizadas 909 Cadernetas diferentes, distribuídas entre os 6 projetos. Destas, 41% correspondem a Cadernetas do PSA, projeto com maior número de agricultoras participantes. O restante está distribuído entre os demais projetos, sendo que o Procasa possui o menor número de Cadernetas até o momento – 6% em relação ao total. Deve-se ressaltar que, como já pontuado, a variação do fluxo de Cadernetas é explicada por diferentes fatores individuais e conjunturais, sendo que não necessariamente as anotações mês a mês são das mesmas agricultoras.

Na Tabela 7, apresenta-se a distribuição das Cadernetas pelos projetos ao longo dos meses (set/19 - set/20):

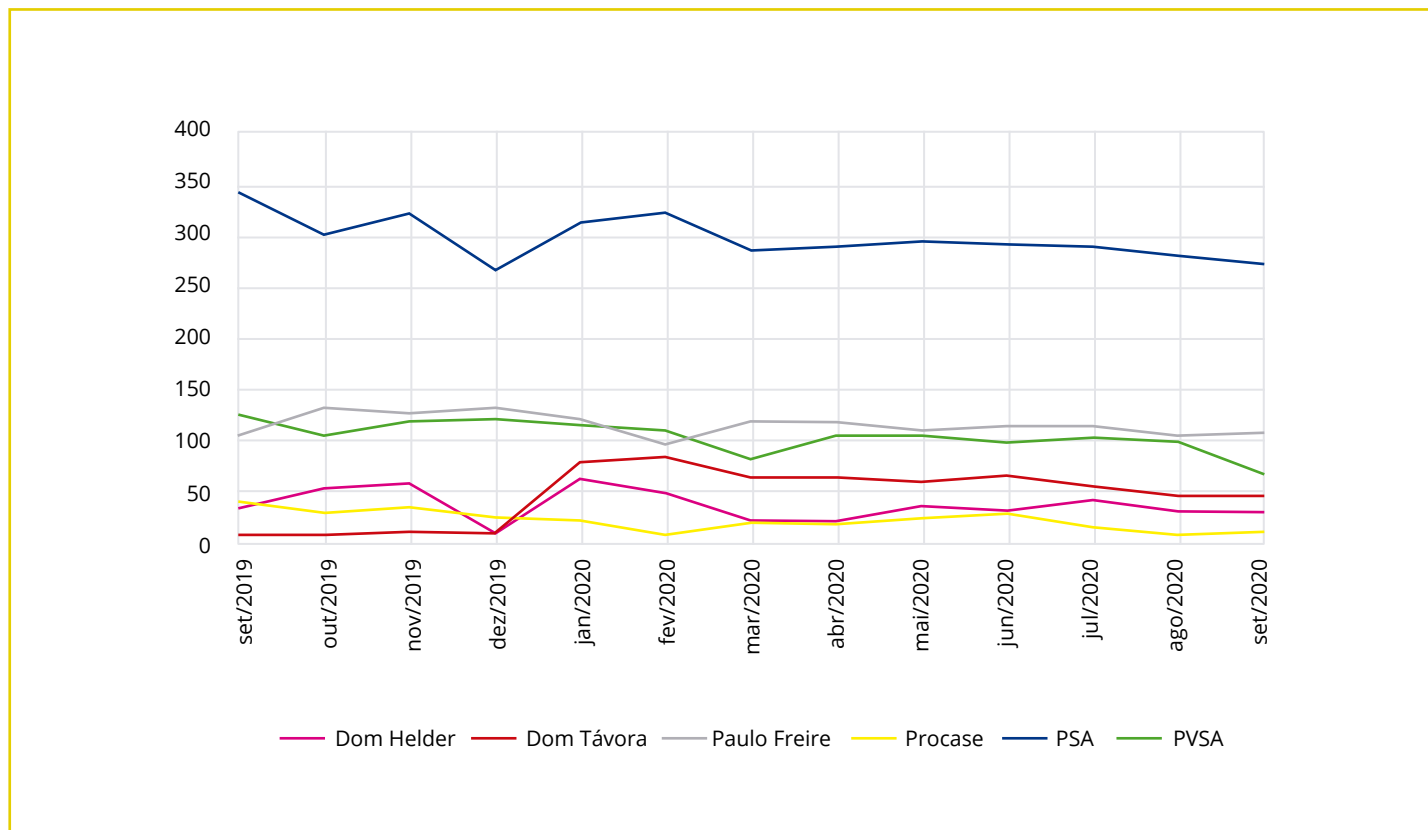
Tabela 7. Distribuição das Cadernetas recebidas por projeto entre set/19 e abr/20

Mês/Ano	Projeto					
	Dom Helder	Dom Távora	Paulo Freire	Procasa	PSA	PVSA
set/2019	35	8	106	36	342	125
out/2019	52	10	131	29	301	105
nov/2019	58	10	128	34	320	117
dez/2019	11	10	129	24	269	120
jan/2020	62	78	121	23	310	115
fev/2020	50	84	100	12	322	109
mar/2020	23	61	117	19	286	84
abr/2020	21	64	117	19	291	104
mai/2020	37	60	112	26	294	104
jun/2020	34	65	114	30	291	98
jul/2020	41	56	112	17	289	101
ago/2020	31	47	106	9	282	97
set/2020	27	44	105	10	273	68

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

A Figura 4 ilustra a distribuição das Cadernetas por projetos ao longo dos dez meses de anotações realizadas pelas agricultoras.

Figura 4. Distribuição do número de Cadernetas sistematizadas entre set/19 e set/20



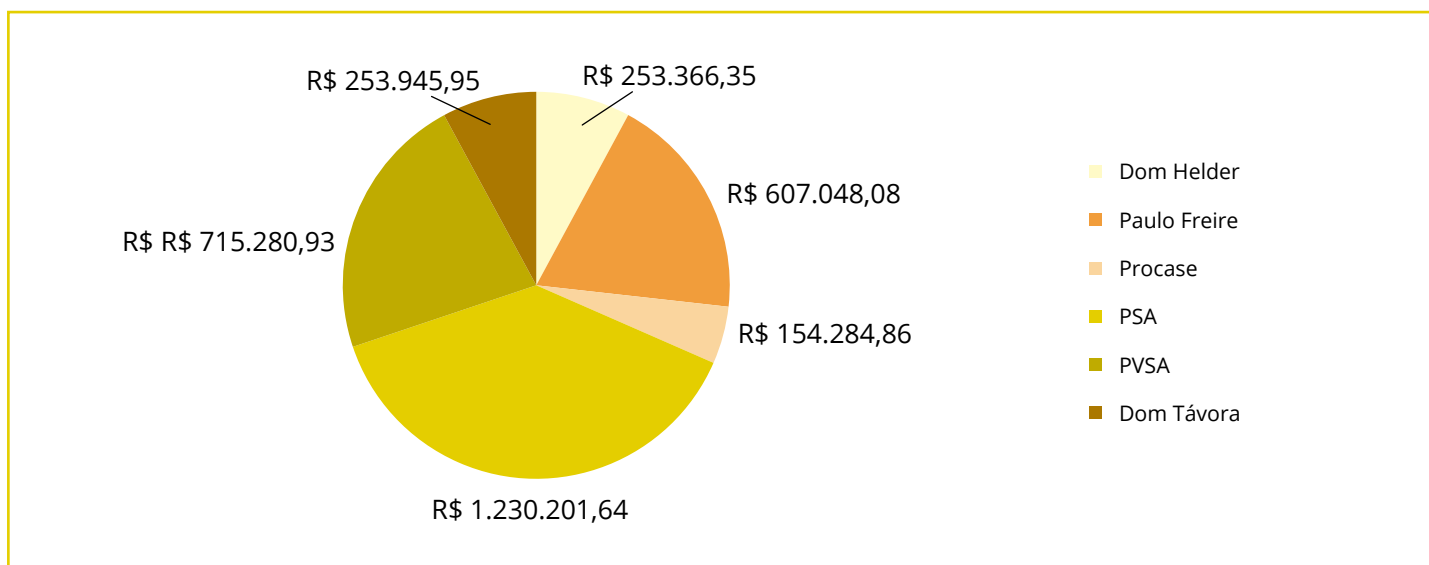
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Cada Projeto possui um fluxo de informações mensais distinto. Com exceção dos projetos PVSA e Paulo Freire, que entregaram um número similar de Cadernetas em todos os meses, os outros projetos tiveram meses com mais ou menos anotações. Por exemplo, no caso do Dom Helder Câmara, no mês de dezembro de 2019 apenas 11 Cadernetas foram enviadas. Ainda, o Dom Távora enviou um número substancialmente maior de Cadernetas a partir das anotações de 2020 (janeiro a abril), que corresponde a um aumento médio de 650%. Por outro lado, o número de Cadernetas entregues pelo PSA variou em todos os meses, ora maiores ou menores, sempre mantendo um alto fluxo. A partir de março, no geral, os projetos mantiveram estáveis a quantidade de Cadernetas sistematizadas e, em setembro, há uma redução deste número.

As justificativas para estas oscilações foram, em alguma medida, reportadas pela assessoria técnica que acompanha as agricultoras. Em geral, a não entrega das Cadernetas ocorreu devido às questões climáticas, que impediam a produção ou, ainda, questões pessoais como adoecimento ou viagens. Especificamente em relação aos últimos meses, um agravamento da dificuldade em estabelecer o contato por parte das assessorias, bem como de anotação da produção pelas agricultoras, se deu devido às medidas de isolamento social, em função da covid-19.

Abaixo serão apresentados os dados monetários totais das Cadernetas Agroecológicas, distribuídos pelos projetos. A Figura 5 apresenta a distribuição dos valores totais da produção entre os projetos:

Figura 5. Valor Total da Produção por Projeto



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

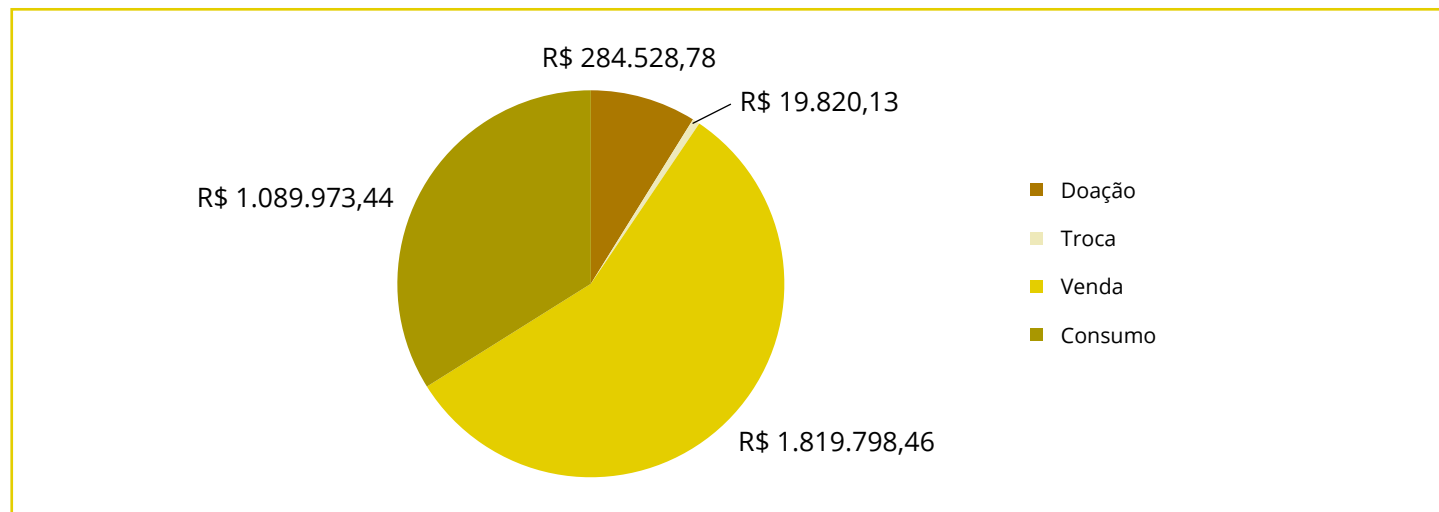
O total produzido por todas as agricultoras envolvidas nos 6 projetos, ao longo de 13 meses, é de R\$ 3.214.127,81 (três milhões, duzentos e quatorze mil, cento e vinte e sete reais e oitenta e um centavos) ou cerca de R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais).

A imagem anterior mostra que não só o PSA é o projeto mais significativo em termos de número de Cadernetas, como também no valor total da produção econômica, que corresponde a mais de um milhão de reais (R\$ 1.230.201,64 – um milhão, duzentos e trinta mil, duzentos e um reais e sessenta e quatro centavos), seguido do Projeto Viva o Semiárido e assim sucessivamente. Estes valores correspondem a toda a produção reportada pelas agricultoras, que é dividida entre quatro tipos de relação socioeconômica: consumo, doação, troca ou venda.

No total, foram registradas 213.238 anotações – em que cada anotação corresponde a uma linha de uma coluna específica da Caderneta, considerando as quatro relações socioeconômicas. Dessas, quase 65% (138.156 anotações) correspondem a itens consumidos. Este dado é interessante, pois reforça os argumentos de que a lógica das mulheres na organização de sua produção é orientada pela preocupação com a saúde, a segurança alimentar da família e o meio ambiente, ou seja, tem como foco a sustentabilidade da vida, conforme assume a Economia Feminista.

A distribuição do valor total da produção varia entre os diferentes tipos de relações socioeconômicas, como mostra a Figura 6 a seguir:

Figura 6. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Observa-se que a maior parte dos valores reportados diz respeito à venda dos produtos (56,24%), seguido dos valores referentes ao consumo (34,15%), doação (8,94%) e, com menor participação, produtos trocados (0,67%). Esta relação pode ser explicada pelo fato de que as agricultoras – e toda a sociedade – acabam valorizando mais a produção para comercialização, que corresponde à fonte de renda monetária importante para as famílias. Observou-se que a prática de anotar os produtos vendidos é comum na rotina de algumas agricultoras, para manter o controle dos fluxos de entrada e saída monetárias na gestão da economia familiar.

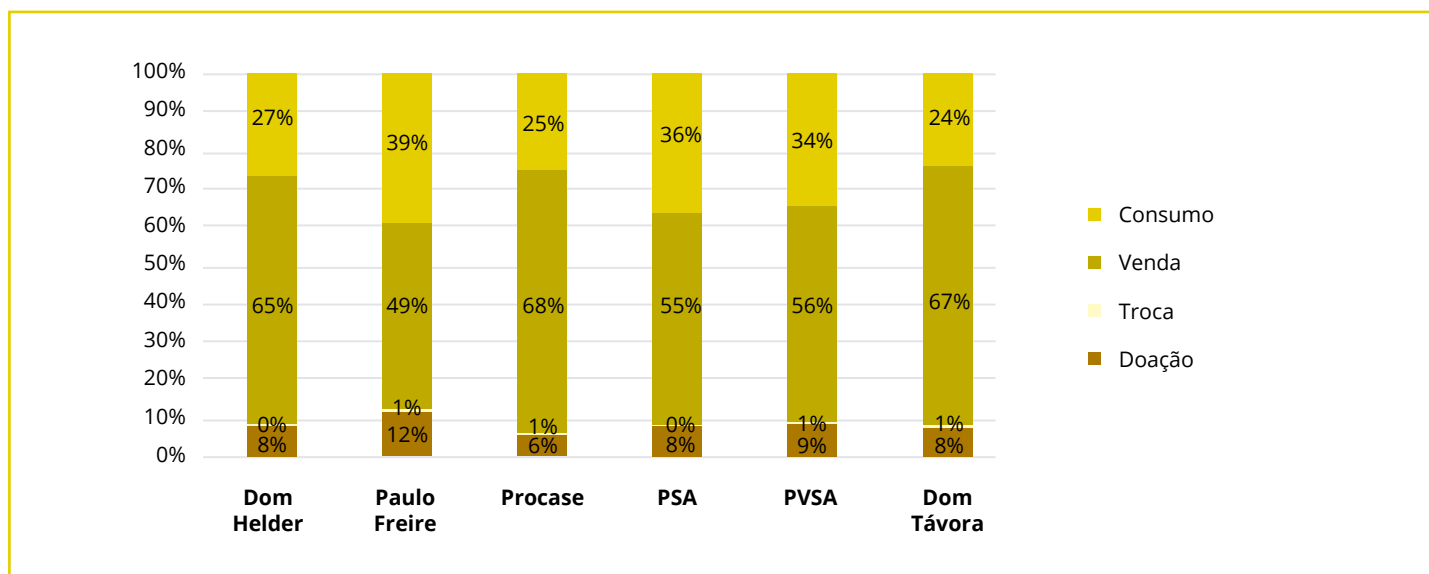
A menor participação das outras relações socioeconômicas nos valores totais anotados nas Cadernetas pode ser explicada por pelo menos dois fatores. Por um lado, isso se deve ao fato de que as agricultoras, com frequência, tiveram dificuldades para atribuir valores monetários aos produtos consumidos, doados ou trocados. Em vários casos elas relataram que isso “não tem preço” e mantiveram as anotações em branco nas Cadernetas. Estas, por sua vez, não tiveram os valores computados ao final, para efeitos de sistematização.

Por outro lado, a invisibilidade das práticas não mercantis nas análises econômicas convencionais resulta na desvalorização das relações socioeconômicas que não são convertidas em dinheiro. Resulta daí um senso comum que desconsidera e desvaloriza esta enorme quantidade de trabalho e riqueza gerada, em grande medida, pelas mulheres em todo o mundo. É à redução da economia ao mercado capitalista que reagem as economistas feministas, ao questionarem esta lógica limitada, que desconsidera uma parte importante das atividades necessárias à sustentação da vida, como parte da economia.

Disso resulta que a produção para a doação e a troca são menos anotadas nas Cadernetas Agroecológicas, quando comparadas à produção para a venda. O mesmo ocorre com o consumo, porém aparentemente em menor proporção. Não menos importante, na maioria dos casos, a produção corresponde a quantidades pequenas, consumidas no dia a dia pela família, e que podem ser facilmente esquecidas, caso a agricultora não as registre no momento da colheita ou do estabelecimento da relação econômica, contribuindo para a subnotificação dos dados. Assim, é possível dizer que as relações não monetárias são subnotificadas, ainda que não seja possível estimar a sua real dimensão.

Por fim, a discrepância entre o destino da produção em relação à atividade econômica não é a mesma para todos os projetos – apesar de, em todos eles, a venda corresponder à parcela mais pujante. Esta decomposição está ilustrada na Figura 7:

Figura 7. Valor total da produção por relação socioeconômica



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

A comercialização dos produtos, como já pontuado, é a representação monetária mais expressiva para todos os projetos.

A menor proporção é do Projeto Paulo Freire, em que 49% dos registros correspondem à venda dos produtos, seguido do PSA (55%), do PVSA (56%), do Dom Távora (67%) e Dom Helder (65%). No caso do Procace, 68% das anotações foram de produtos vendidos, correspondendo à maior proporção entre os projetos. Os valores monetários absolutos, bem como as médias mensais por projeto, podem ser observados na tabela 8.

Tabela 8. Valores monetários absolutos por Projeto

Projeto	Estado	Doação	Troca	Venda	Consumo
Dom Helder	AL	6.596,95	455,50	62.236,59	10.728,45
	CE	10.624,10	253,30	70.966,16	37.510,30
	PE	2.557,60	434,00	32.066,00	18.937,40
Paulo Freire	CE	70.568,55	5.964,35	295.931,43	234.583,75
Procace	PB	9.568,42	1.464,25	104.756,41	38.495,78
PSA	BA	101.633,72	4.681,23	681.413,61	442.473,08
PVSA	PI	63.835,84	3.645,00	401.760,11	246.032,98
Dom Távora	SE	19.143,60	2.922,50	170.668,15	61.211,70
Total Geral		284.528,78	19.820,13	1.819.798,46	1.089.973,44

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

No geral, a distribuição das relações não monetárias foi semelhante em todos os projetos, sendo que, destes, o consumo foi o mais reportado, seguido de doação e, por último, troca. Especificamente em relação à troca e/ou doação, o baixo número registrado de produtos pode ser explicado por uma série de fatores que têm relação com a dinâmica de vida das agricultoras, com o contexto local etc., que não cabe explorar neste documento.

No entanto, para fins de reflexão institucional, é importante questionar: o que tem influenciado a intensidade das trocas e doações no nível comunitário? Essas práticas de reciprocidade, muito discutidas por Polanyi (2000, 2012) como parte do conceito de Economia Substantiva, são essenciais para que as famílias tenham acesso a bens e serviços que não poderiam adquirir no mercado, garantindo a sua segurança e soberania alimentar e fortalecendo os laços sociais. Por esse motivo é importante identificar quais os fatores afetam tais práticas e suas implicações no âmbito das comunidades. Isso reforça o potencial transformador das Cadernetas Agroecológicas, que possibilita aguçar a percepção das agricultoras sobre diferentes esferas da vida.

Como um componente das análises econômicas, a média mensal se constitui como uma importante estatística sumária das informações das Cadernetas, pois permite aproximar o quanto, em média, a agricultora contribui para o domicílio e para a comunidade a partir de seu trabalho. Essa contribuição calculada se traduz em termos monetários, mas integra as esferas não monetárias do consumo, da doação e da troca. Assim, o valor mensal médio da produção por agricultora agrega o dinheiro advindo da comercialização dos produtos, da doação e da troca, bem como da quantia que a família deixa de gastar, como resultado da produção da agricultora para o autoconsumo, evidenciando a contribuição econômica da mesma para a família e a comunidade.

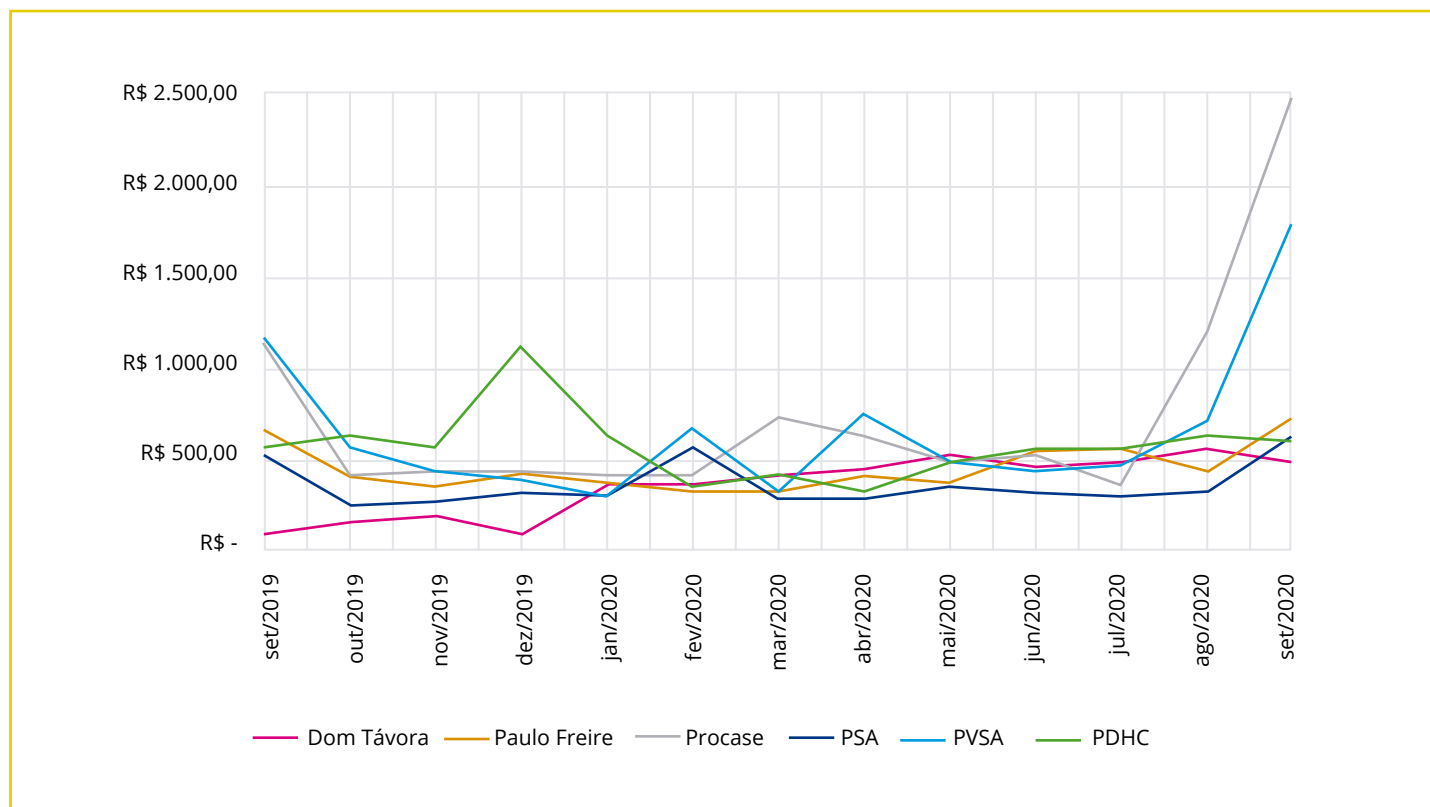
Tabela 9. Médias mensais por Projeto

Mês-Ano	Dom Távora	Paulo Freire	Procasa	PSA	PVSA	PDHC	Total Geral
set-19	99,13	621,02	1.067,48	516,87	1.113,17	555,62	675,48
out-19	163,60	415,59	410,80	248,34	584,79	608,69	375,47
nov-19	212,75	354,81	425,07	268,55	442,73	571,72	349,16
dez-19	116,15	416,31	432,42	308,00	384,84	1.088,45	366,34
jan-20	370,05	364,15	406,63	290,44	295,59	646,80	347,55
fev-20	373,78	320,63	395,97	554,79	641,88	342,23	493,25
mar-20	409,46	330,06	715,04	288,13	329,32	394,39	332,75
abr-20	459,20	405,06	638,23	286,01	736,46	316,69	414,57
mai-20	502,89	379,21	491,72	349,06	470,21	462,86	401,39
jun-20	464,98	522,27	505,99	307,23	420,86	550,06	402,36
jul-20	484,90	556,91	353,45	292,89	455,37	554,81	404,09
ago-20	554,95	444,10	1.165,73	319,96	702,15	622,85	456,81
set-20	465,92	703,17	2.459,03	600,88	1.764,47	598,47	795,27

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

O valor médio da produção de cada projeto pode ser observado na Figura 8:

Figura 8. Valor mensal médio da produção por projeto



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

A Figura 8 mostra que os valores médios de produção entre os projetos não são homogêneos. Este é um reflexo não só das particularidades das agricultoras, como também da variação temporal. O Dom Távora é o projeto que apresentou os menores valores médios em todos os meses de 2019, em torno de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Este cenário se altera a partir de janeiro, em que houve um expressivo aumento do número de Cadernetas recebidas. Isto pode ser explicado pelo tipo de produto por elas comercializado (explorado adiante nesta seção), bem como pela frequência de anotações.

Outra observação a ser notada é em relação ao Procase que, nos meses de agosto e setembro de 2020, registrou um significativo aumento de sua média, fenômeno similar ao observado no PVSA.

Aparentemente isso pode estar relacionado com a redução do número de agricultoras cujas Cadernetas foram sistematizadas nesse período, em ambos os projetos. A hipótese mais plausível para explicar esse movimento atípico é a de que permaneceram anotando (e tendo suas Cadernetas tabuladas) aquelas agricultoras que produziam mais e com maior valor associado à sua produção. De fato, as agricultoras acompanhadas nesses últimos meses produziram e venderam grandes volumes de castanha de caju, algodão orgânico, suínos e bovinos (PVSA) e queijos e aves (Procase).

O PDHC II, por sua vez, teve seu pico de média em dezembro de 2019, e desde então, em 2020, ocorreu uma redução expressiva das agricultoras acompanhadas, possivelmente devido à subnotificação nas Cadernetas Agroecológicas e variações sazonais da produção.

Especialmente nos meses de maio e junho, há uma convergência nos valores médios de todos os projetos, que são ligeiramente parecidos entre si, de aproximadamente R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais). Este valor é bastante similar com os rendimentos de mulheres ocupadas em atividades agropecuárias entrevistadas na PNAD em 2019⁴.

De acordo com essa pesquisa, aproximadamente 62% dessas mulheres tinham rendimento bruto das atividades realizadas de até, no máximo, um salário mínimo; e 36,48% dessas mulheres recebiam até meio salário mínimo, ou R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais. (IBGE, 2019).

No mais, a variação nos valores pode ser explicada por diversos motivos, tanto em função da dinamização econômica dos territórios, como a característica de organização econômica das agricultoras envolvidas ou pela variabilidade dentre as anotações, quando algumas agricultoras podem reportar mais fielmente que outras. Também se destaca aqui a grande variação no número de Cadernetas recebidas mensalmente, com tendência de queda em 2020 em decorrência da pandemia de covid-19.

Para corrigir parte deste problema, alguns procedimentos metodológicos estatísticos foram adotados. Porém, como parte do combinado realizado com os seis projetos, não houve exclusão de *outliers* (valores atípicos), pois foi entendido coletivamente que esses valores compreendem a diversidade de situações observadas nos territórios. Por esse motivo, faz-se uma ressalva de que esses valores médios têm maior valor interpretativo se analisados em comparação com dados estatísticos regionais, por projeto.

⁴ A pesquisa considera todas as atividades compreendidas pela agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca ou aquicultura e atividades de apoio à agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca ou aquicultura.

Observando cada projeto de perto

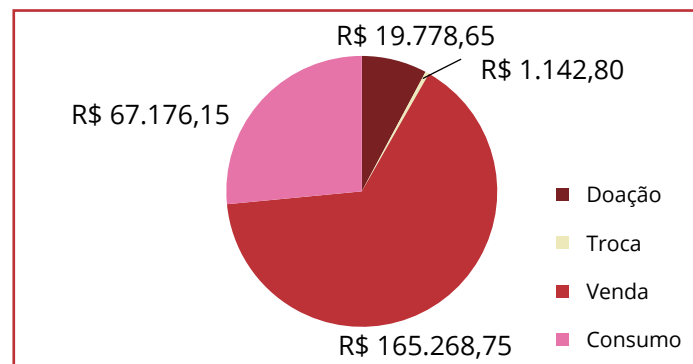
Projeto Dom Helder Camara II

Tabela 10. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no Dom Helder

Relação Socioeconômica	Valor Total
Doação	R\$ 19.778,65
Troca	R\$ 1.142,80
Venda	R\$ 165.268,75
Consumo	R\$ 67.176,15
Total Geral	R\$ 253.366,35

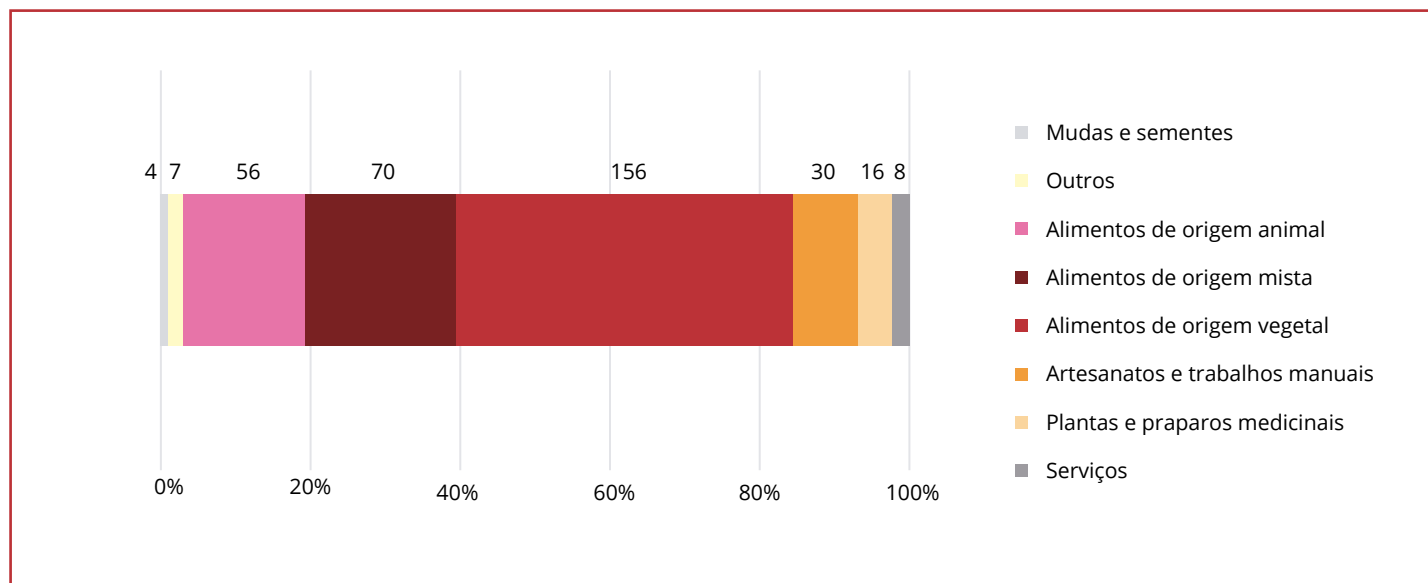
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 9. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no Dom Helder



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 10. Diversidade de produtos: quantidade sem repetição no Dom Helder



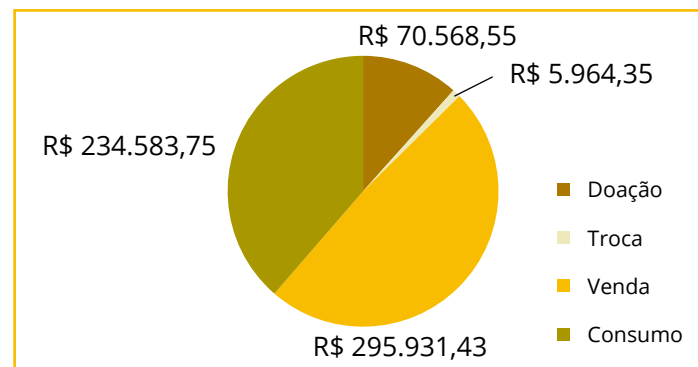
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Tabela 11. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no Paulo Freire

Relação Socioeconômica	Valor Total
Doação	R\$ 70.568,55
Troca	R\$ 5.964,35
Venda	R\$ 295.931,43
Consumo	R\$ 234.583,75
Total Geral	R\$ 607.048,08

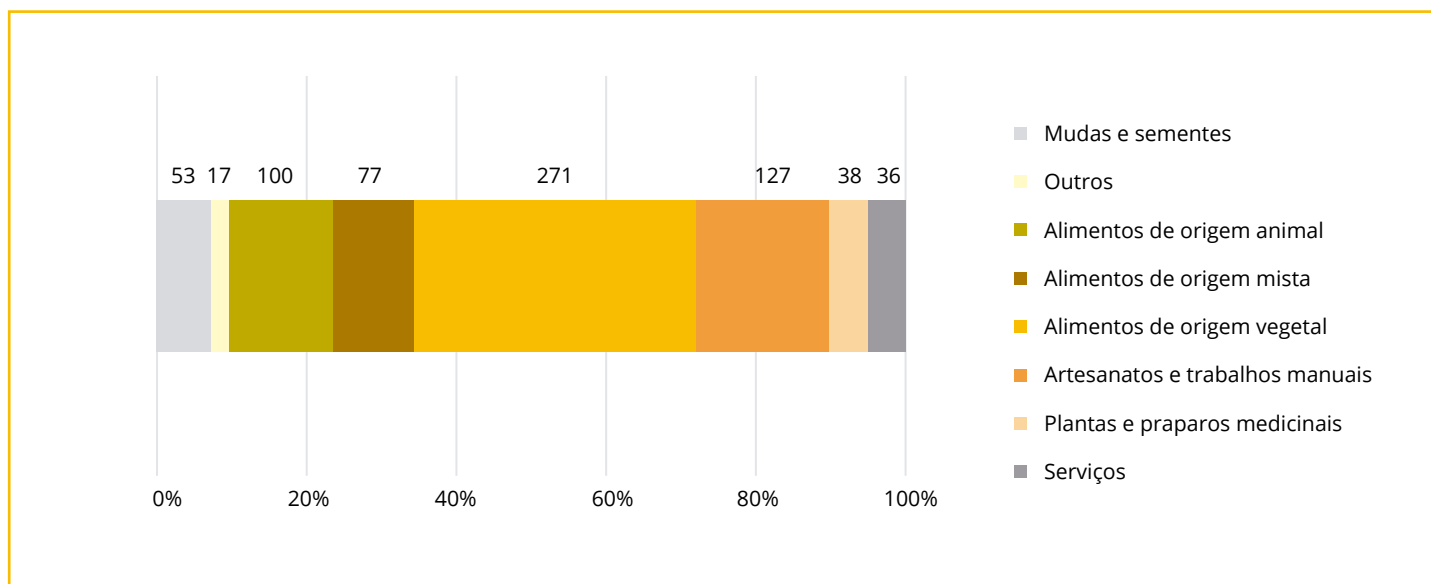
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 11. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no Paulo Freire



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 12. Diversidade de produtos: quantidade sem repetição no Paulo Freire



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

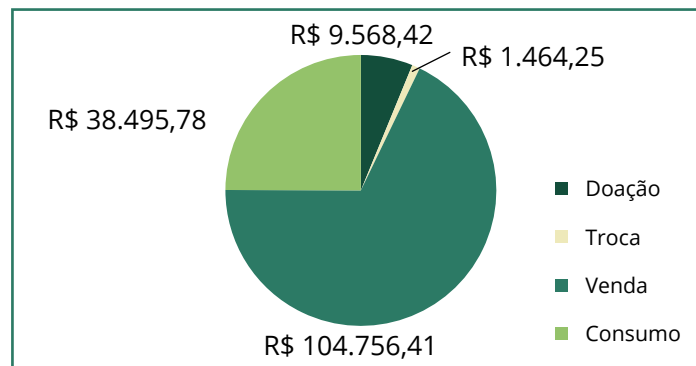
Projeto PROCASE

Tabela 12. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no PROCASE

Relação Socioeconômica	Valor Total
Doação	R\$ 9.568,42
Troca	R\$ 1.464,25
Venda	R\$ 104.756,41
Consumo	R\$ 38.495,78
Total Geral	R\$ 154.284,86

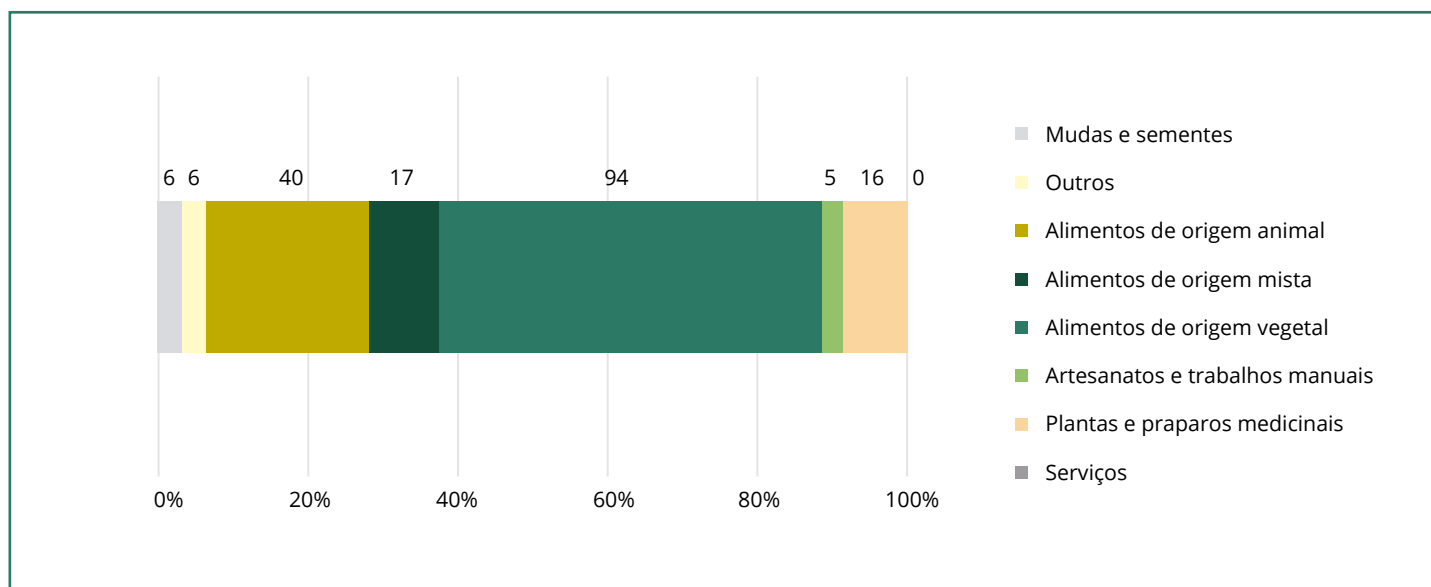
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 13. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no PROCASE



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 14. Diversidade de produtos: quantidade sem repetição no PROCASE



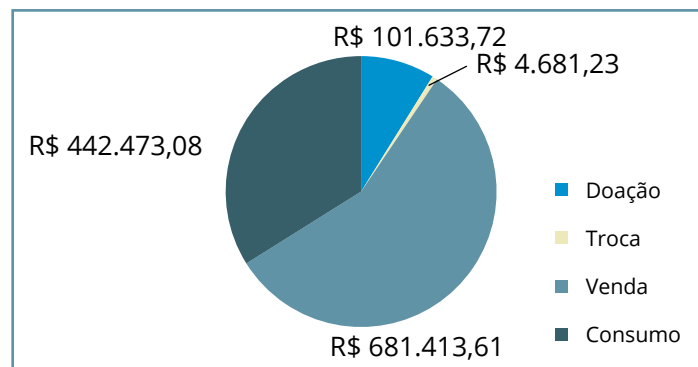
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Tabela 13. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no PSA

Relação Socioeconômica	Valor Total
Doação	R\$ 101.633,72
Troca	R\$ 4.681,23
Venda	R\$ 681.413,61
Consumo	R\$ 442.473,08
Total Geral	R\$ 1.230.201,64

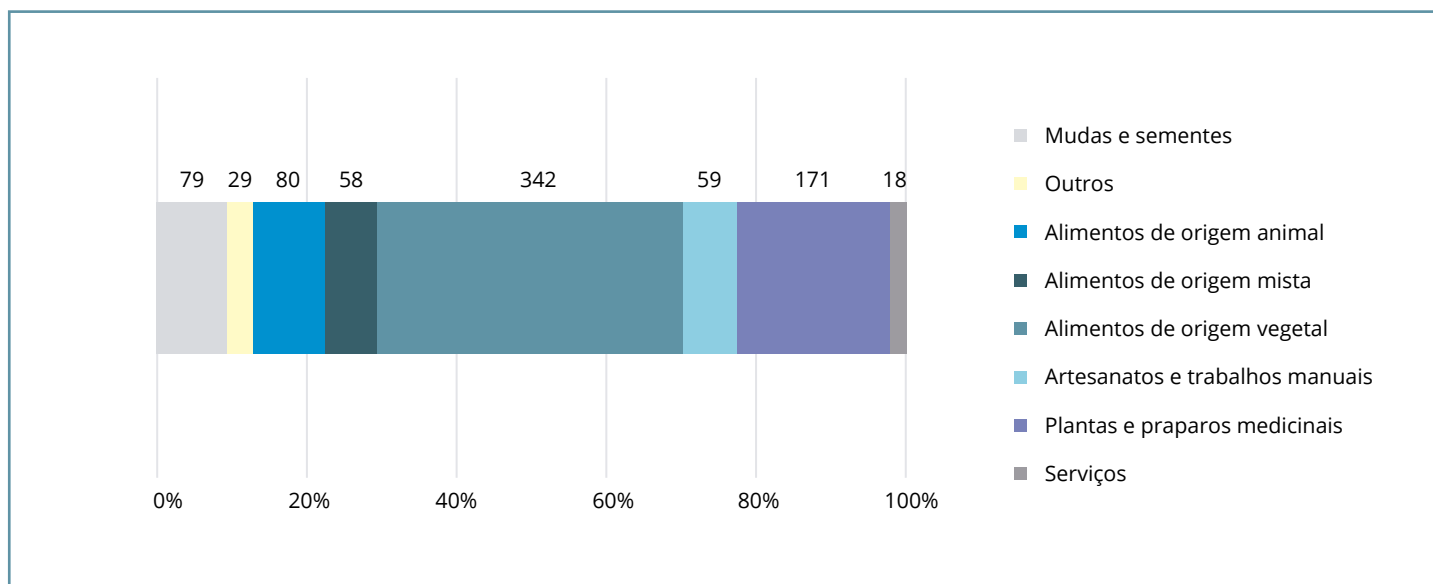
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 15. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no PSA



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 16. Diversidade de produtos: quantidade sem repetição no PSA



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

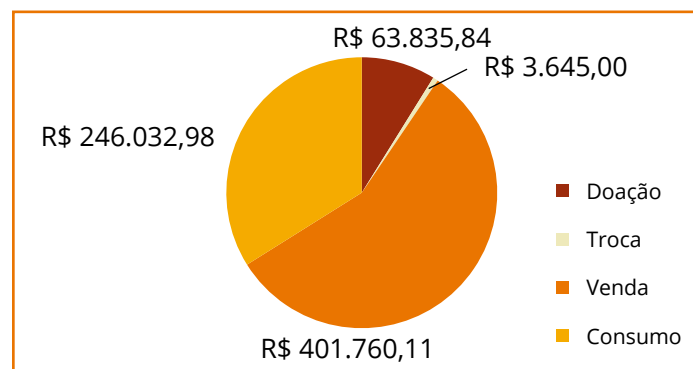
Projeto Viva o Semiárido

Tabela 14. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no PVSA

Relação Socioeconômica	Valor Total
Doação	R\$ 63.835,84
Troca	R\$ 3.645,00
Venda	R\$ 401.760,11
Consumo	R\$ 246.032,98
Total Geral	R\$ 715.273,92

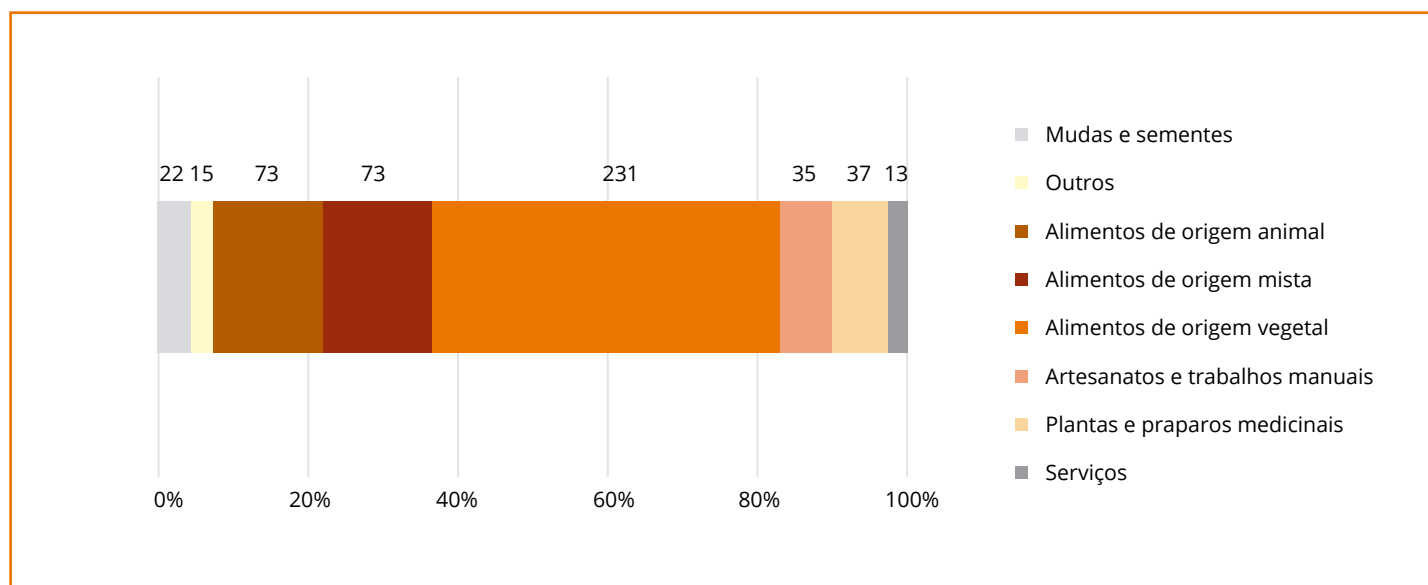
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 17. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no PVSA



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 18. Diversidade de produtos: quantidade sem repetição no PVSA



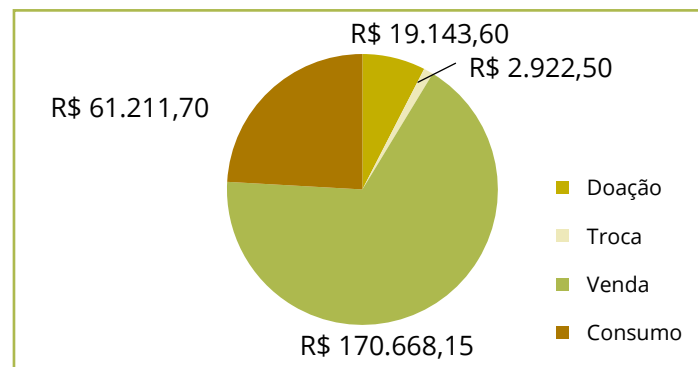
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Tabela 15. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no Dom Távora

Relação Socioeconômica	Valor Total
Doação	R\$ 19.143,60
Troca	R\$ 2.922,50
Venda	R\$ 170.668,15
Consumo	R\$ 61.211,70
Total Geral	R\$ 253.945,95

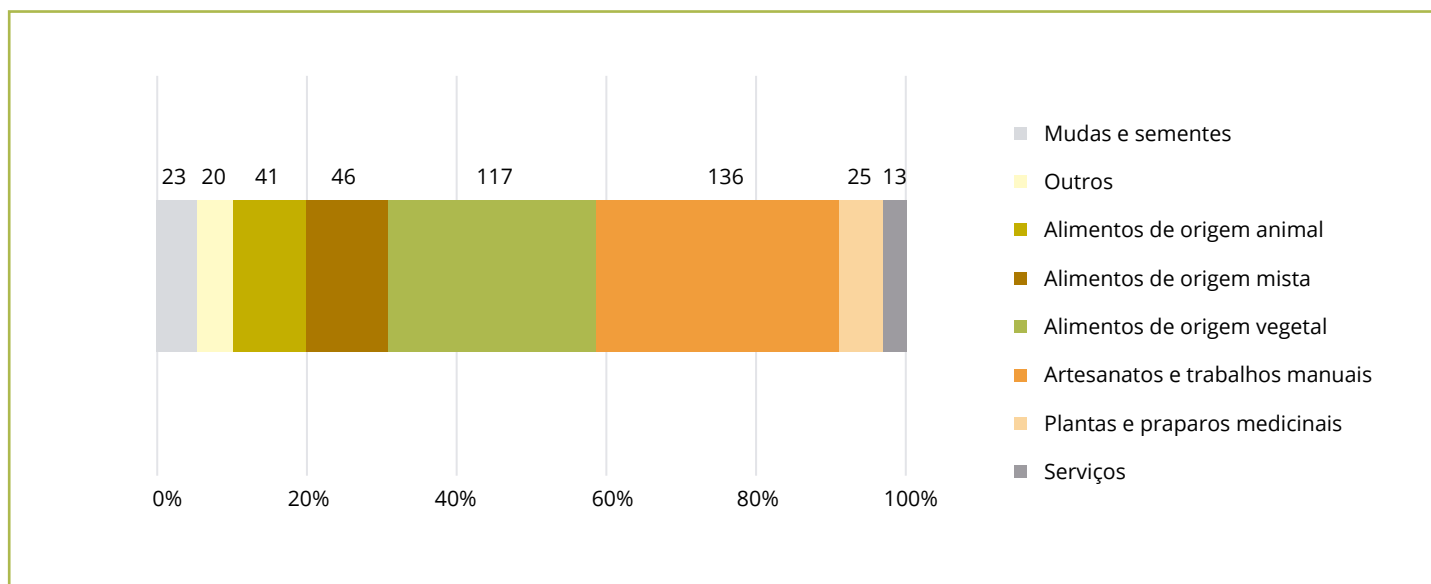
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 19. Valor Total da Produção por Relação Socioeconômica no Dom Távora



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 20. Diversidade de produtos: quantidade sem repetição no Dom Távora



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.



06 Resultados do cruzamento dos dados das Cadernetas Agroecológicas e dos questionários

Nesta seção são apresentados os resultados do cruzamento de dados da caracterização socioeconômica das agricultoras e da produção reportada nas Cadernetas.

- Ao analisar como o acesso às políticas públicas pode interferir na produção econômica das agricultoras, a figura abaixo ilustra a influência do PAA e PNAE:



Como pode ser observado, as agricultoras que acessam o PAA compõem um grupo de valor da produção média quase duas vezes maior que aquelas que não o acessam. No caso do PNAE, apesar de menor a diferença, as agricultoras que acessam políticas deste tipo ainda se concentram num grupo com valores de produção superiores. Isso demonstra que tais políticas públicas são estratégicas para o meio rural e, especialmente, para as mulheres, por absorverem a produção diversificada das agricultoras e por reconhecê-las por seu papel econômico.

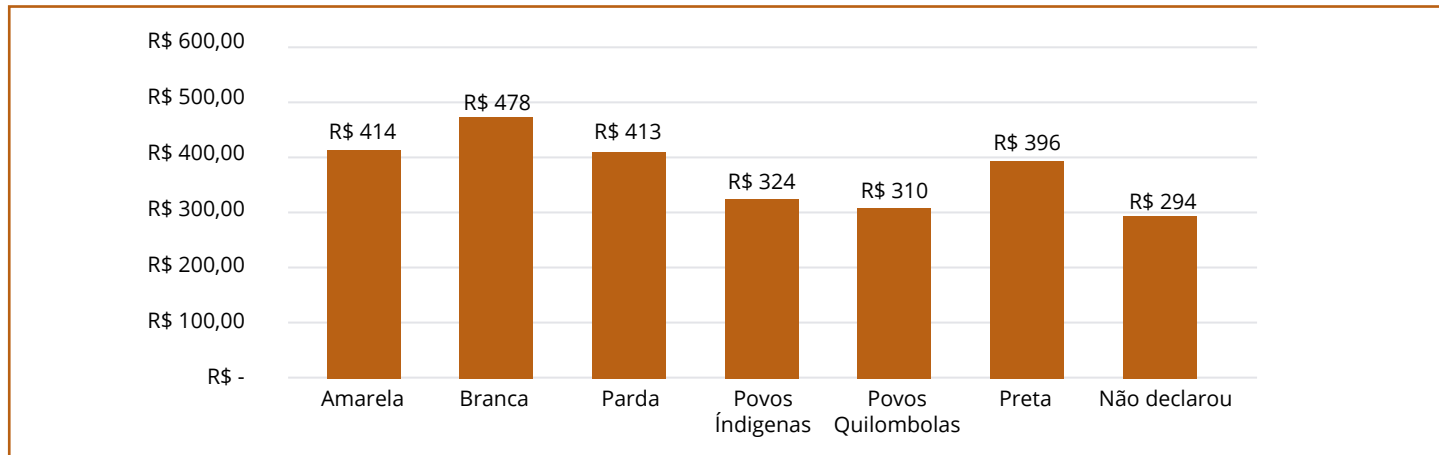
- Outro aspecto que pode explicar os resultados econômicos da produção das agricultoras é o acesso aos mercados. Quanto mais diversificada é a estratégia de comercialização, maiores são os valores auferidos com a sua produção, como mostra a figura abaixo:



Na figura anterior, observa-se que aquelas agricultoras que acessam entre 1 e 3 mercados possuem valor médio de produção similar com aquelas que não acessam nenhum. Por outro lado, acessar 4 ou mais mercados leva a um aumento substancial do valor de produção médio.

- Mediadores sociais como cor e identidade sociocultural das agricultoras também refletem na distribuição dos valores médios de produção.

Figura 21. Valor médio da produção mensal por cor ou origem étnica



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Em relação a cor e raça ou etnia, as agricultoras brancas e amarelas possuem valor médio de produção superior às demais (R\$ 413,00 e R\$ 401,00, respectivamente) ainda que não sejam representativas do perfil de agricultoras envolvidas na pesquisa, que são em sua maioria negras. Nos grupos de pardas e pretas, o valor é similar variando entre R\$ 366,00 e R\$ 359,00, respectivamente, não apresentando diferenças significativas.

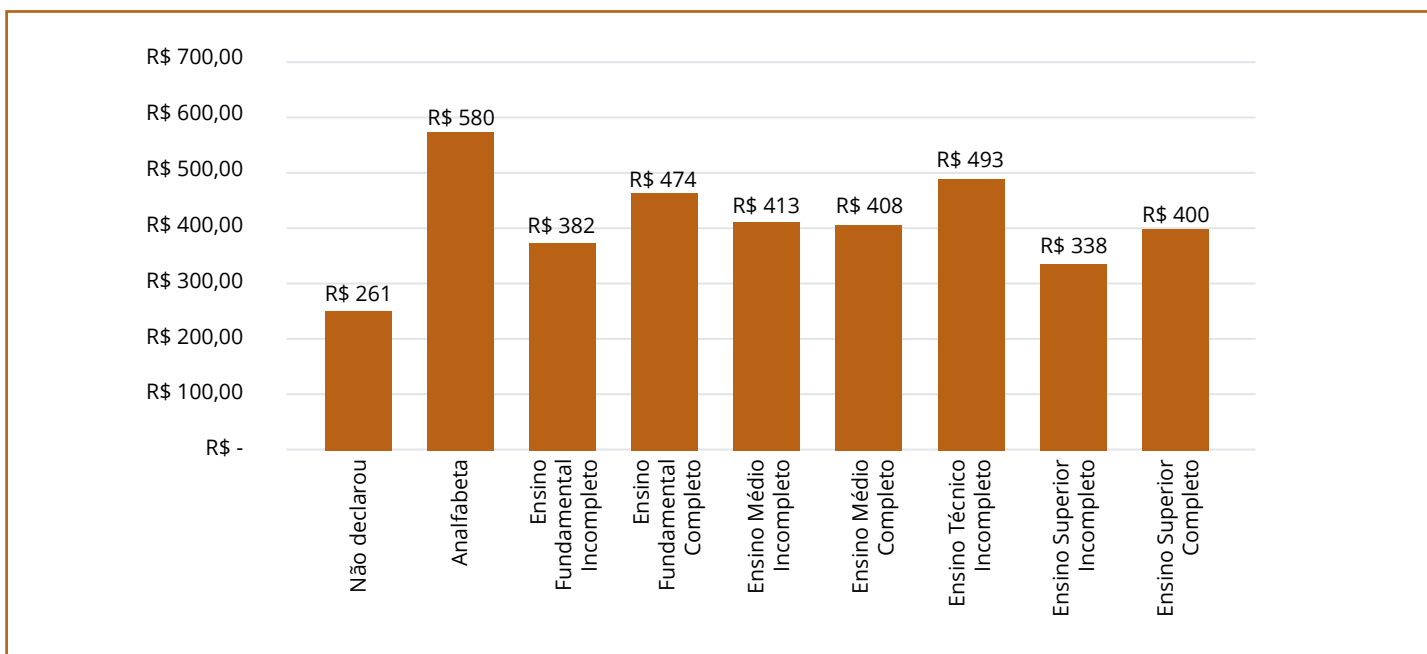
No entanto, as agricultoras autoidentificadas como quilombolas e indígenas possuem valor médio de produção de R\$ 273,00 e R\$ 259,00, respectivamente, inferiores às demais categorias. Isso demonstra que seriam necessárias políticas públicas específicas ou ações afirmativas de raça e etnia para reduzir as desigualdades sociais marcadas pela racialização e garantir condições mais equitativas para a geração de renda por estas mulheres.

Dados desta natureza permitem aos/as gestores/as públicos/as delinearem ações, programas e políticas públicas de inclusão produtiva e de acesso a direitos sociais e econômicos para a redução da pobreza rural, um dos objetivos centrais do Programa Semear Internacional e do FIDA no Brasil.

- Podem ser observadas algumas diferenças em relação à produção nos grupos de escolaridade.

Na Figura 22, os resultados são interpretados em termos de escolaridade:

Figura 22. Valor médio da produção mensal por escolaridade



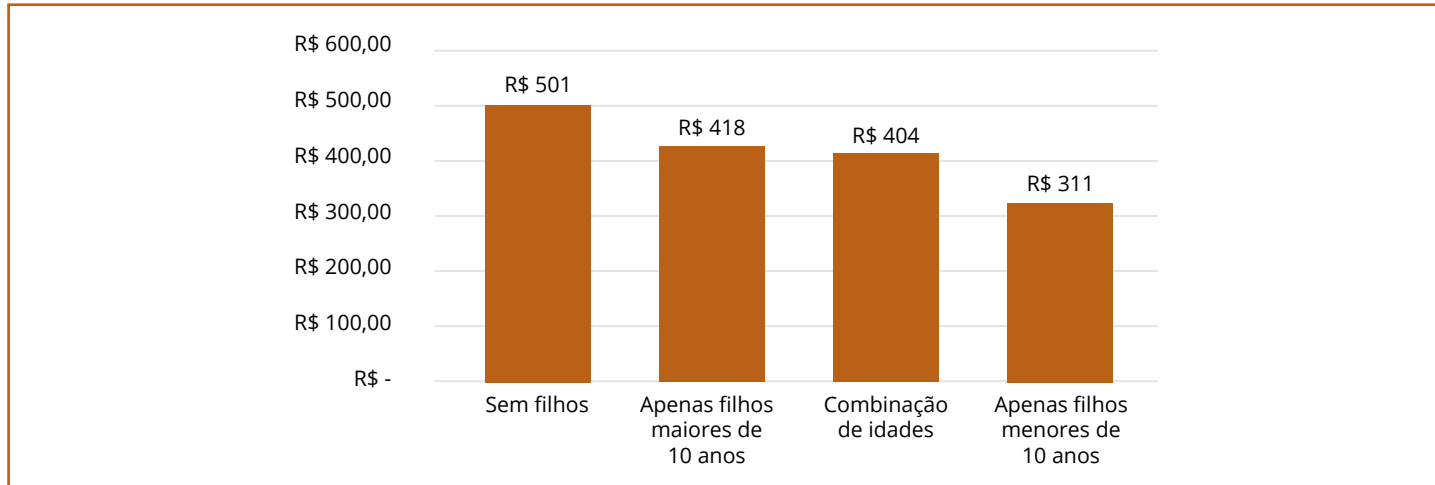
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

A maioria das agricultoras pertence ao grupo das que possuem ensino fundamental incompleto, com um valor médio de produção de R\$ 382,00 (trezentos e oitenta e dois reais). A categoria que mais se destaca é composta por mulheres analfabetas (R\$ 580,00 – quinhentos e oitenta e oito reais), seguido das agricultoras com ensino técnico incompleto (R\$ 493,00 – quatrocentos e noventa e três reais). As agricultoras que apresentaram menor valor médio da produção são aquelas que não declararam escolaridade (R\$ 261,00 – duzentos e dezesseis reais). Dessa forma, observa-se que uma maior escolaridade não está relacionada com um maior valor de produção.

- A produção das agricultoras também pode ser analisada observando-se a quantidade e a faixa etária dos filhos presentes no domicílio.

Na Figura 23, ilustra-se o valor médio mensal da produção das agricultoras segundo o critério da existência de crianças, omitidos os valores das agricultoras que não declararam a idade dos filhos.

Figura 23. Valor mensal médio da produção das agricultoras de acordo com a existência e idade dos filhos

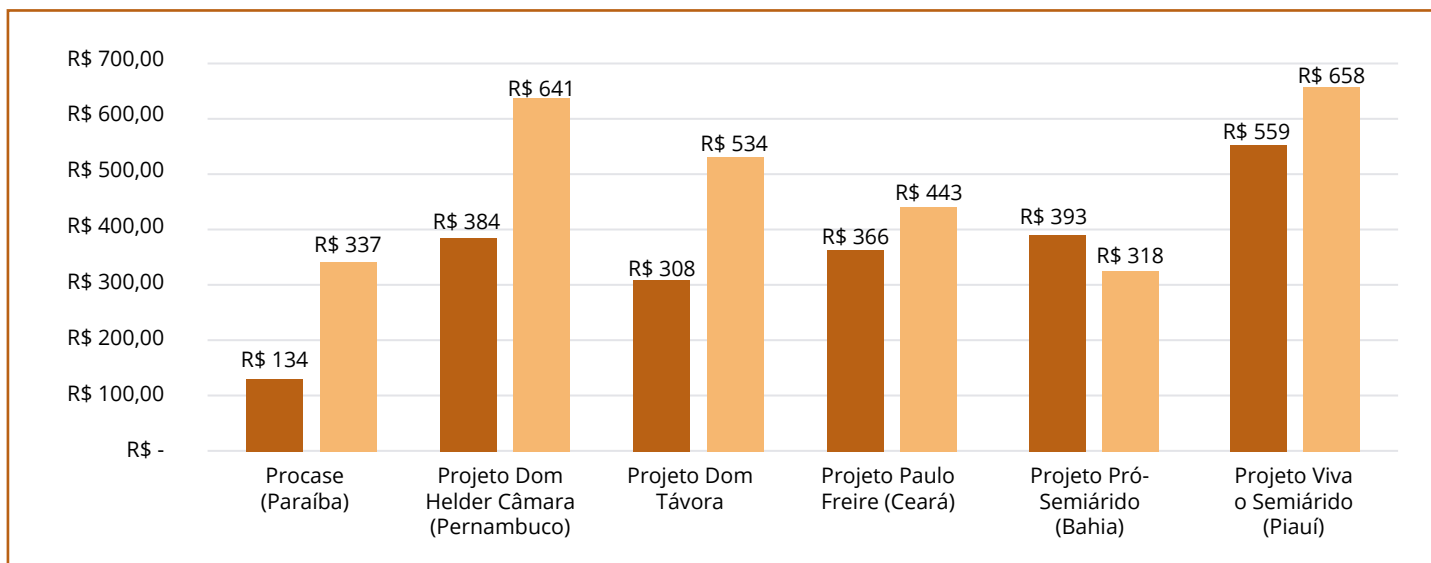


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Pode-se observar que as agricultoras que têm filhos menores que 10 anos são as que possuem menores valores médios de produção econômica mensal, enquanto aquelas que não possuem filhos têm os maiores valores mensais médios. O critério de “combinação de idades” implica que, no domicílio, existem tanto crianças pequenas quanto filhos adolescentes e adultos. Esse é um cenário comum nos domicílios entrevistados, visto que em 41% dos que têm crianças de até 10 anos existem também adolescentes ou adultos com idade igual ou superior a 14 anos, na condição de filho/a. Há múltiplos fatores que podem contribuir para esse comportamento dos dados, mas sabe-se que quanto maior o tempo dedicado pelas mulheres aos cuidados com as pessoas, menor a capacidade de inserção em processos produtivos, de comercialização e de organização sociopolítica para a geração de renda.

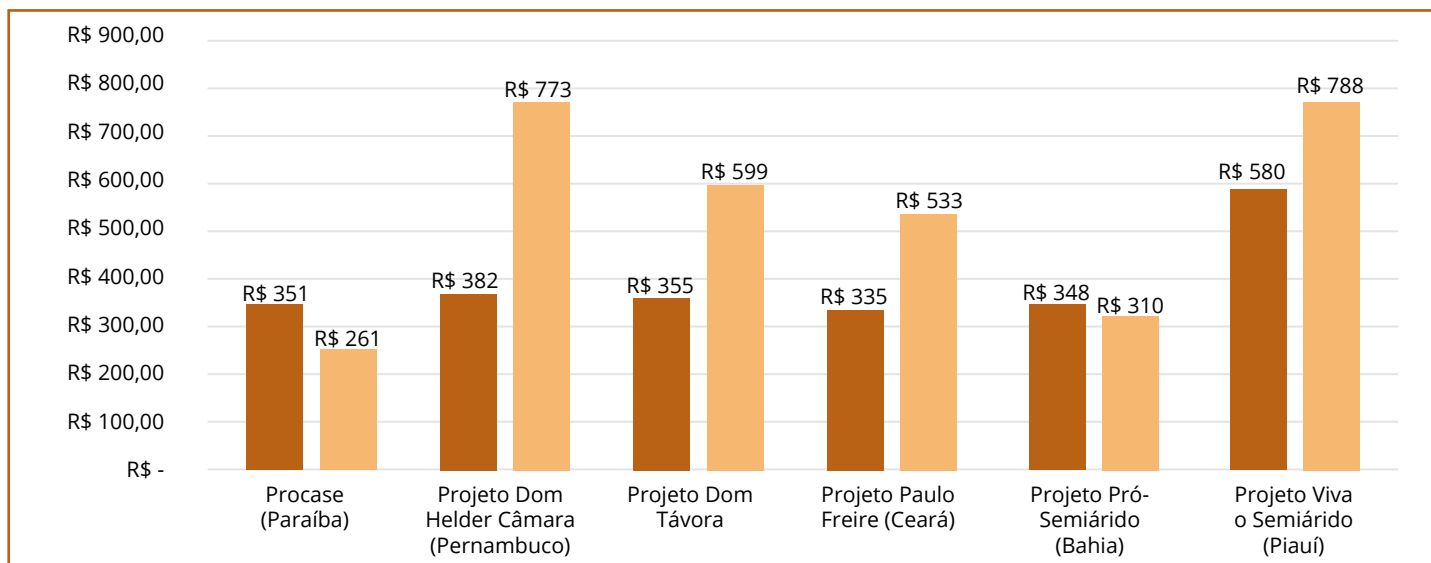
- Observa-se que as agricultoras que acessam água por meio de cisterna, seja de qual tipo, estão majoritariamente em um grupo de valores médios de produção mais altos. Nas Figuras 24 e 25 ilustra-se o valor médio da produção mensal por acesso às cisternas de beber e de produção:

Figura 24. Valor médio da produção mensal por acesso a cisterna de beber



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Figura 25. Valor médio da produção mensal por acesso a cisterna de produção

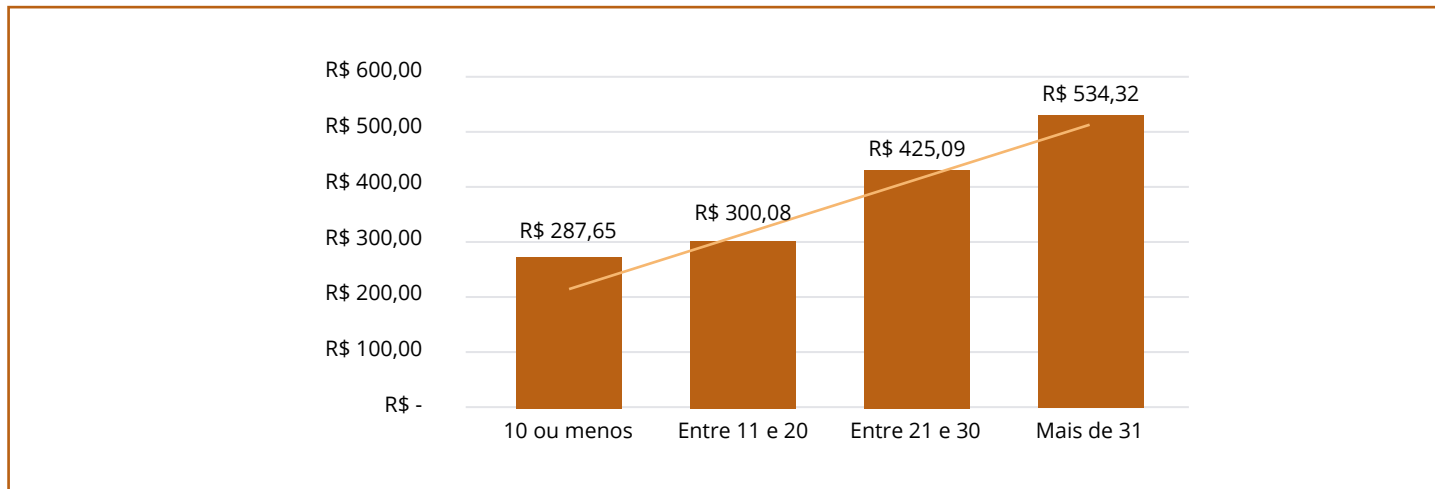


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

A exceção se dá no PSA em que aquelas que não acessam cisterna de beber e de produção possuem valor médio da produção superior em relação às que acessam. No caso do Procace, as agricultoras que acessam cisterna de produção têm valor médio da produção inferior às que não acessam. Esta informação deve ser melhor analisada em conjunto com os projetos, para identificar o que pode ter influenciado este comportamento atípico dos dados.

- Observa-se que, a partir da diversificação da produção, os grupos de rendimento aumentam proporcionalmente à quantidade de produtos reportados nas Cadernetas. Na Figura 26, apresenta-se a divisão do valor médio da produção por diversidade de produtos, em grupos:

Figura 26. Valor médio da produção por diversidade de produtos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Aquelas agricultoras que produziram menos de 10 produtos possuem valor médio de aproximadamente R\$ 277,00 (duzentos e setenta e sete reais) enquanto as mais diversificadas recebem aproximadamente R\$ 500,00 (quinhentos reais). Estes resultados confirmam que a produção das pequenas agricultoras contrapõe a lógica da especialização produtiva e que a maior diversificação possibilita uma maior contribuição econômica para a família e para a comunidade, seja por meio das trocas mercantis ou pelas relações não monetárias, baseadas na reciprocidade.

Por Marcilene Araújo

*Agricultora da Comunidade São José dos Cocos/Ipiranga do Piauí.
Beneficiária do Projeto Viva o Semiárido.*

Roda de conversas e soluções
Pensar no futuro das nações
É preciso reforçar desde criança
Quanto vale uma aliança

Começamos pela educação financeira
Desde pequeno ser faceira
A doçura da criança fazer crescer
A maldade do adulto não descrever

Desde pequeno ensinar
"É muito importante anotar"
Ensinar que a mulher é capaz
Dos seus sonhos correr atrás

Buscar, lutar e alcançar
Os tropeços descartar
É mais um degrau para abrir
Mesmo nas dificuldades sempre sorrir

Precisa explorar mais
Mostrar que todas é capaz
A Caderneta Agroecológica não esquecer
Melhorar o que nela pode se ver





07

A contribuição das agricultoras para a conservação da sociobiodiversidade e para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O modo de vida e produção das mulheres rurais não pode – e não deve – ser simplificado a partir de contribuições individuais. Como os dados demonstraram, as agricultoras têm uma dinâmica de relações sociais e econômicas que possibilitam aos seus e outros grupos familiares, por meio das relações de reciprocidade, terem acesso a alimentos e produtos da sociobiodiversidade. A título de ilustração, na Tabela 16 são apresentadas as principais atividades realizadas pelas mulheres rurais no Brasil com destino ao próprio consumo, cujos dados foram extraídos da PNAD (2019).

Tabela 16. Trabalho das mulheres rurais destinado ao próprio consumo, 2019

Atividades Para o Próprio Consumo	Frequência	%	Média de Horas
Cultivo, pesca, caça ou criação de animais destinados somente à alimentação.	12,169	27,03%	8,98
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, de ervas, de areia, argila ou outro material.	1,619	3,60%	5,11
Fabricação de roupas, tricô, crochê, bordado, cerâmicas, rede de pesca, alimentos ou bebidas alcoólicas, produtos medicinais ou outros produtos.	1,079	2,40%	6,93
Construção de casa, cômodo, muro, telhado, forno ou churrasqueira, cerca, estrada, abrigo para animais ou outras obras.	116	0,26%	12,9

Fonte: IBGE – PNAD, 2019.



27%

Os dados da Tabela 16 calculam a dedicação das mulheres rurais para tarefas com fins exclusivos de alimentação, produção, fabricação ou construção para o uso próprio das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes. Dentre essas mulheres, a maior parte (**27%**) se dedica a atividades ligadas à alimentação.



9h/semana

Em menor proporção, mas ainda relevante, está a produção de bens primários como atividades extrativas e a fabricação de roupas, artesanatos, dentre outros produtos. Esta relação é confirmada com os dados das CA, uma vez que a produção de alimentos de origem vegetal ou animal correspondem à maior parte dos produtos registrados pelas agricultoras. Em média, elas exercem aproximadamente **9 horas por semana** em tais atividades.

5 e 7 horas

Em menor proporção – de mulheres e de horas dedicadas – estão aquelas atividades de produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, de ervas, de areia, argila ou outro material (3,6% das mulheres) e de fabricação de roupas, redes de pesca, alimentos e bebidas alcóolicas (2,4% das mulheres), contribuindo respectivamente com **aproximadamente 5 e 7 horas**.

13 horas

A média de horas é superior à das demais atividades (**13 horas**), indicando que, em alguns casos, as mulheres se dedicam com veemência às atividades de manutenção domiciliar.

Em revisão de literatura, Braga (2018) mostra que, de fato, as evidências empíricas nacionais e internacionais que se valem do uso de tais dados e analisam a situação das mulheres como objeto e não sujeito, como sugere a Economia Feminista, apontam que os domicílios chefiados por mulheres estão em uma posição de maior vulnerabilidade no que tange à insegurança alimentar e nutricional. Entretanto, esta conclusão deve ser relativizada. Por um lado, as mulheres, especialmente negras, de países periféricos, de modo geral, têm as condições mais precarizadas de trabalho e renda em todo o mundo e, por este motivo, afirma-se que as relações de sexo, classe e raça são estruturantes das desigualdades. Por outro lado, as evidências empíricas e teóricas, como apontou Duflo (2012), mostram que as mulheres são as que melhor alocam os recursos domiciliares para o bem-estar domiciliar.

Não somente, os dados das Cadernetas aqui apresentados – e confirmados na literatura – mostram que, quando analisadas as particularidades das agricultoras e a sua produção efetivamente, a contribuição das mulheres é indispensável para garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional, em suas diversas configurações. De fato, Braga e Costa (2020) utilizam do Índice de Gap de Gênero⁵ para construção de um índice de insegurança alimentar e nutricional e mostram que, tão importante quanto observar esta contribuição, a participação das mulheres em espaços políticos, sociais e econômicos representativos são imperativos, sobretudo para a soberania alimentar.

⁵ Desenvolvido pelo Fórum Econômico Mundial para diferentes países do mundo, o Global Gender Index é um índice de igualdade de gênero que analisa as paridades entre homens e mulheres em relação à participação e oportunidade econômica, educação, capacitação política e saúde e sobrevivência (World Economic Forum, 2017). Fonte: World Economic Forum (2017) The Global Gender Gap Report. 2017. Disponível em <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>.

A diversidade dos produtos anotados nas Cadernetas Agroecológicas

Esta seção apresentará os dados referentes à diversidade de produtos manejada pelas agricultoras Agroecológicas assessoradas pelos projetos e a classificação em oito grandes grupos de produtos: alimentos de origem vegetal, alimentos de origem animal, alimentos de origem mista (que incluem produtos de origem vegetal e animal), plantas e preparos medicinais, artesanato e trabalhos manuais, mudas e sementes (incluindo espécies animais), serviços e outros.

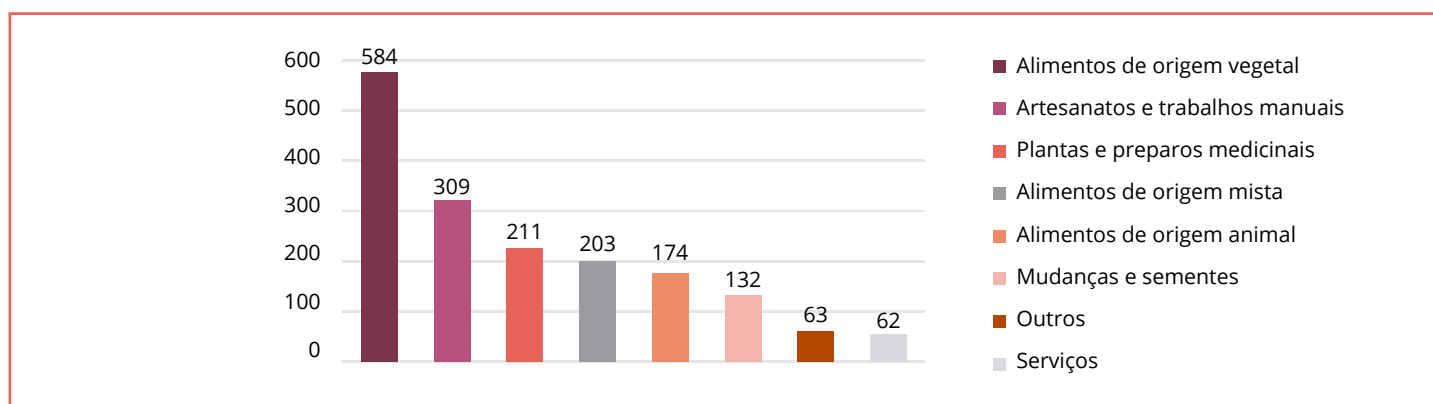
O sistema de classificação dos alimentos, que ainda está em elaboração, se baseou no Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014) e possibilita qualificar a análise da contribuição das agricultoras para a segurança alimentar e nutricional e para a conservação da sociobiodiversidade. Além disso, também foram analisados os grupos de produtos em função do destino da produção, baseado em relações socioeconômicas monetárias e não monetárias.

No total foram registrados 1.738 produtos e serviços sem repetições.

O exercício aqui empregado foi, em um primeiro momento, de varredura das anotações para padronização dos nomes dos produtos, variantes graças a erros de digitação, às diferenças regionais (exemplo: aipim e macaxeira) ou à forma como as agricultoras reportam o mesmo produto. Algumas agricultoras detalham o produto, especificando o modo de preparo, variedade, dentre outras características inerentes a ele, enquanto outras reportam somente o produto "bruto". Esse é o caso de produtos como o feijão/feijão andú e o milho/espiga/milho crioulo.

Feita esta normalização, nos casos em que isso é possível, buscou-se agrupar os produtos em categorias que representassem os alimentos por sua origem (animal, vegetal ou misto) e os outros tipos de produtos, como artesanato, mudas e sementes, plantas medicinais, além dos serviços e outros. Para efeito analítico, estão sendo considerados alimentos mistos todos aqueles preparados com produtos de origem vegetal e animal.

Figura 27. Diversidade de produtos: quantidade sem repetição



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

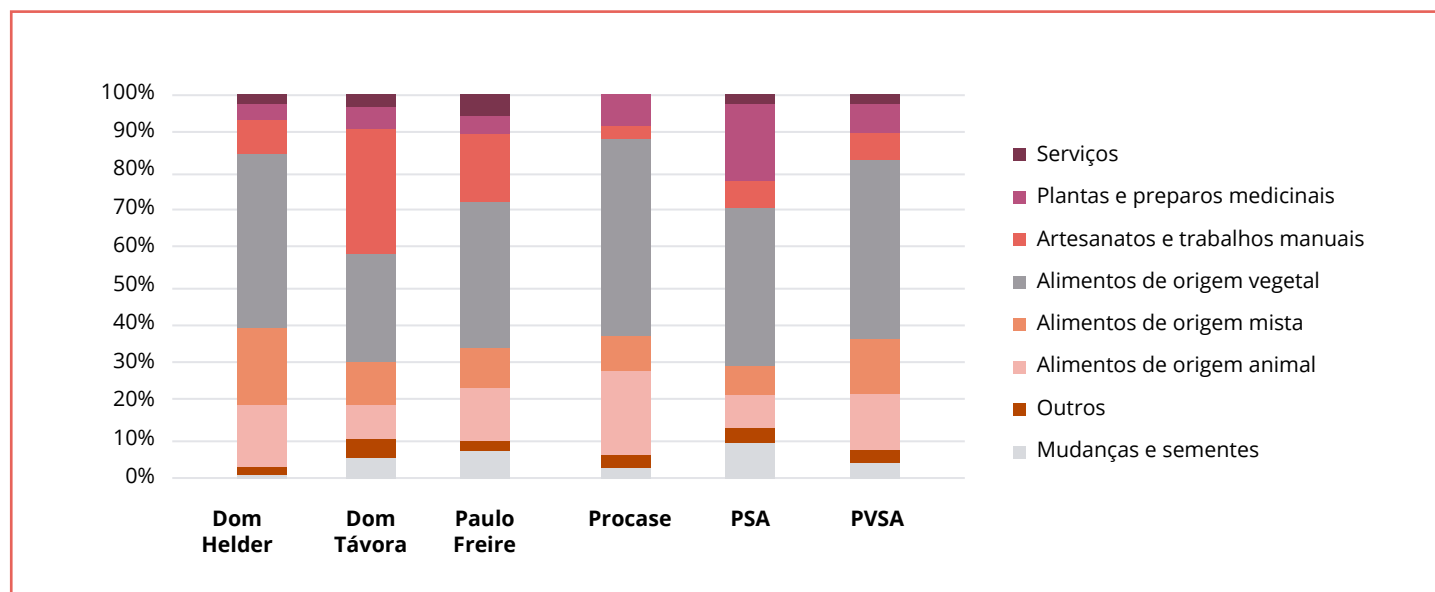
Como evidencia a Figura 27, existe uma grande diversidade de produtos e serviços desempenhados pelas agricultoras do semiárido. No total, foram identificadas 1.738 variedades, distribuídas nos 8 grupos pré-definidos. Cada rótulo no gráfico indica a quantidade de produtos/serviços identificados dentro da categoria. Verifica-se que os alimentos de origem vegetal representam aproximadamente 34% do total, equivalente a 584 diferentes tipos de produtos. Em seguida, destacam-se os artesanatos e trabalhos manuais, além dos outros tipos de alimento (mistos e animal) e plantas medicinais.

É ainda interessante observar a prevalência de serviços na geração de renda (em sua maioria trabalho doméstico remunerado), o que diz respeito a um fenômeno observado no meio rural: a diversificação de renda a partir de atividades não agrícolas. Estudos realizados pela FAO (2017) na América Latina e Caribe demonstram que, na última década, vem crescendo a inserção laboral em empregos não agrícolas no meio rural, particularmente para as mulheres jovens. O setor de serviços, incluindo o trabalho doméstico, é o que mais absorve a mão de obra das mulheres rurais. Em função das desigualdades de gênero na sociedade, as mulheres acabam conseguindo mobilizar recursos por meio de atividades que reforçam o seu papel social, vinculado aos cuidados com a casa e a família.

Este padrão é observado também quando desagregado no nível dos diferentes projetos. Os números absolutos devem ser relativizados, uma vez que os projetos com maior número de Cadernetas apresentam maior número de produtos (como é o caso do PSA, com 749) em detrimento dos projetos menores (170 produtos sem repetição observados no Procase).

Desta forma, na Figura 28 é ilustrada a proporção da participação dos produtos por Projeto.

Figura 28. Proporção da diversidade de produtos por projeto

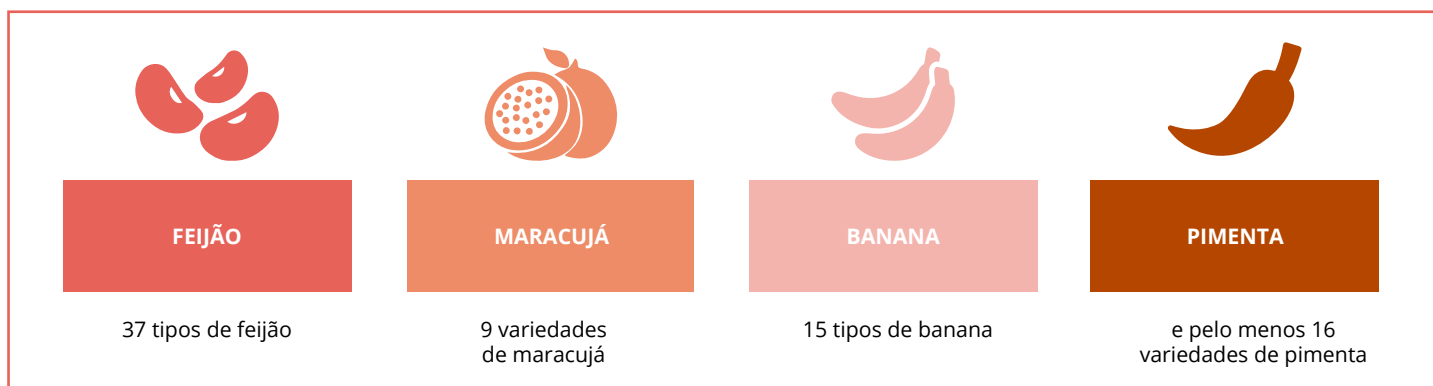


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

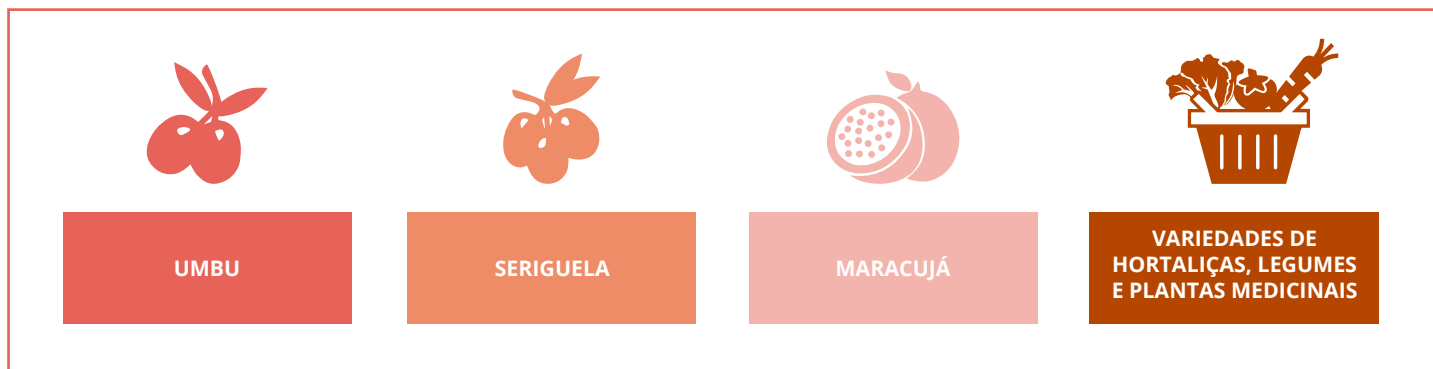
Observa-se, a partir da Figura 28, que há um padrão da contribuição de alguns grupos de produtos para a composição da diversidade encontrada. De modo geral, há uma maior diversidade de produtos de origem vegetal em quase todos os projetos. Apenas o Projeto Dom Távora apresenta um padrão atípico de produtos anotados pelas agricultoras, em que o artesanato é reportado em proporções semelhantes aos alimentos de origem vegetal (33%). Por outro lado, poucas são as anotações de produtos de origem animal (10%), produto este com maior prevalência quando comparado com o artesanato nos demais projetos. No PSA também é relevante a contribuição das plantas e preparos medicinais, registrada nas anotações das agricultoras, para a composição da diversidade, em comparação com os demais.

Os dados totais sugerem a importância do trabalho produtivo das agricultoras na conservação da sociobiodiversidade, porém isso fica mais evidente quando se observa a diversidade intraespecífica de alguns produtos de origem vegetal.

Ao todo foram identificados:



Na categoria de mudas e sementes, na qual foram identificados 161 tipos, destacam-se a presença de frutíferas como:



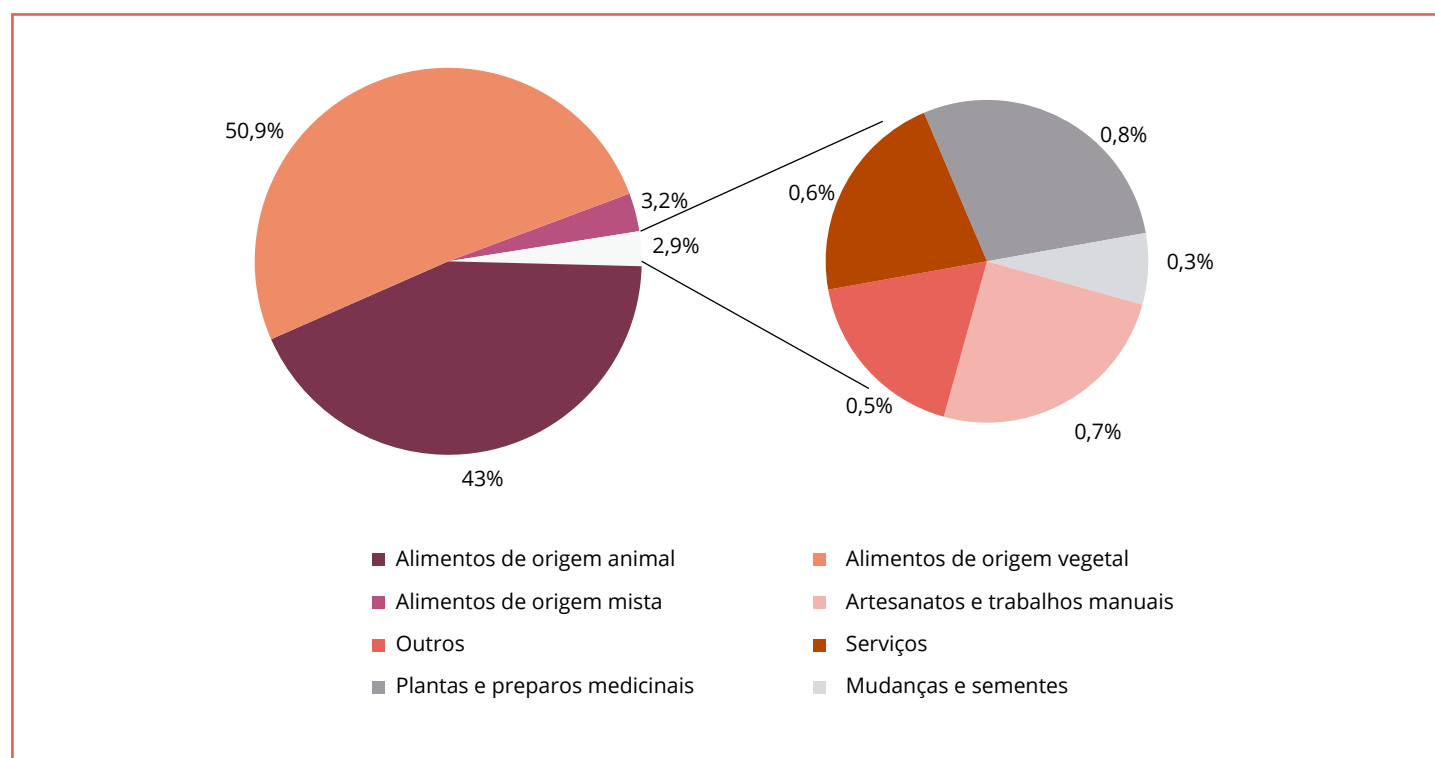
Cabe esclarecer que, certamente, essa diversidade é maior do que o reportado, já que boa parte das anotações das agricultoras apresentava os produtos genericamente, sem detalhar qual a variedade estava sendo vendida, consumida, doada ou trocada.

Através dessa lógica, ressalta-se aqui o papel das mulheres como guardiãs da sociobiodiversidade, ao passo que preconizam a diversidade em seus espaços produtivos e, por meio da doação e troca de alimentos, mudas e sementes, seguem mantendo e incrementando a diversidade inter e intraespecífica ao longo do tempo.

- Adicionando a dimensão do valor da produção à análise da diversidade, torna-se possível perceber a distribuição do valor produzido em relação aos grupos de produtos.

Na Figura 29, ilustra-se essa perspectiva para as relações econômicas não monetárias:

Figura 29. Porcentagem do valor referente às relações socioeconômicas não monetárias por grupo de produtos



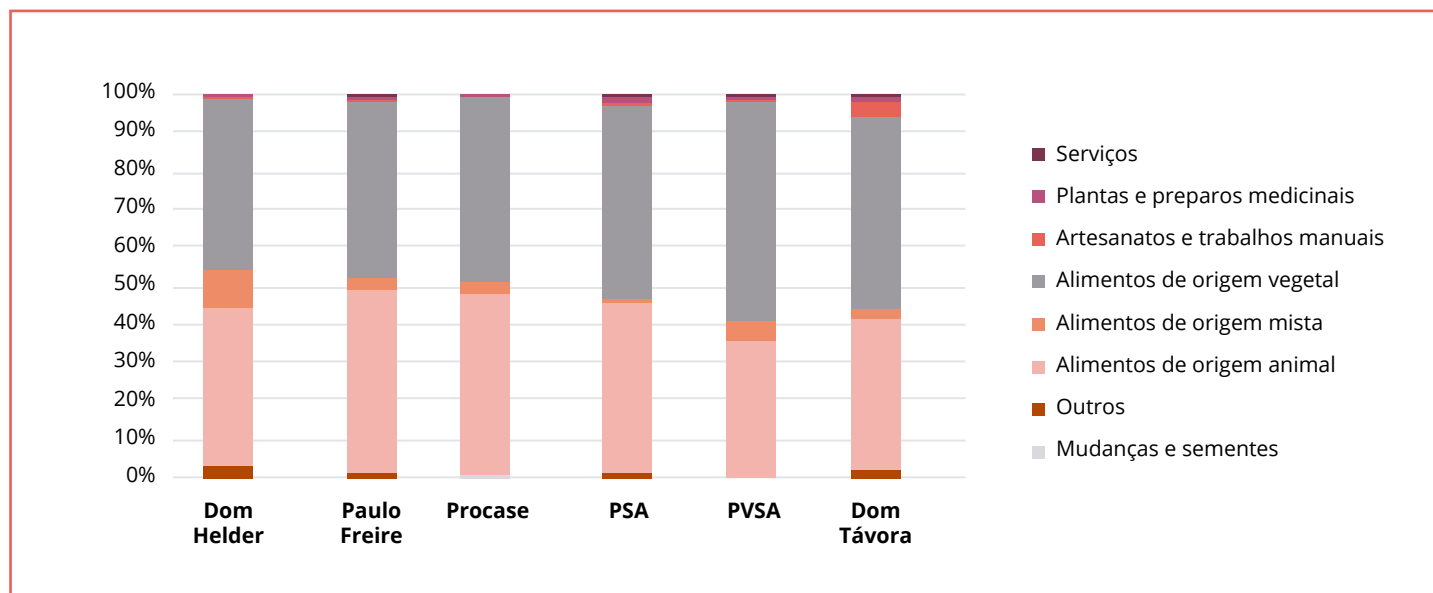
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

De acordo com a Figura 29, o valor do consumo, doação e troca concentra-se na produção de alimentos de origem vegetal (50,9%) e animal (43%), sendo que apenas 6,1% do valor total se aloca nas demais classificações de produtos. Isso demonstra que, ainda que a variedade dos outros produtos seja expressiva, e que certos itens (como artesanatos) possuam um alto valor agregado, aproximadamente 94% dos produtos consumidos, doados ou trocados correspondem a alimentos. Além disso, esse fato é um indicador do também significativo valor agregado dos alimentos processados. Assim, esses dados evidenciam o protagonismo das agricultoras Agroecológicas na promoção da soberania e segurança alimentar de suas famílias e das comunidades

A produção de alimentos pelas agricultoras simboliza não só uma redução no dispêndio da família, como também a garantia de uma alimentação adequada e saudável que, conforme preconiza o CONSEA (2007, p. 26), não se restringe aos nutrientes necessários para uma dieta alimentar equilibrada, mas “deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer, às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados”.

Na Figura 30, esta relação é dividida entre os projetos que, não atipicamente, possuem padrões distintos:

Figura 30. Porcentagem do valor referente às relações socioeconômicas não monetárias por grupos de produtos por projeto



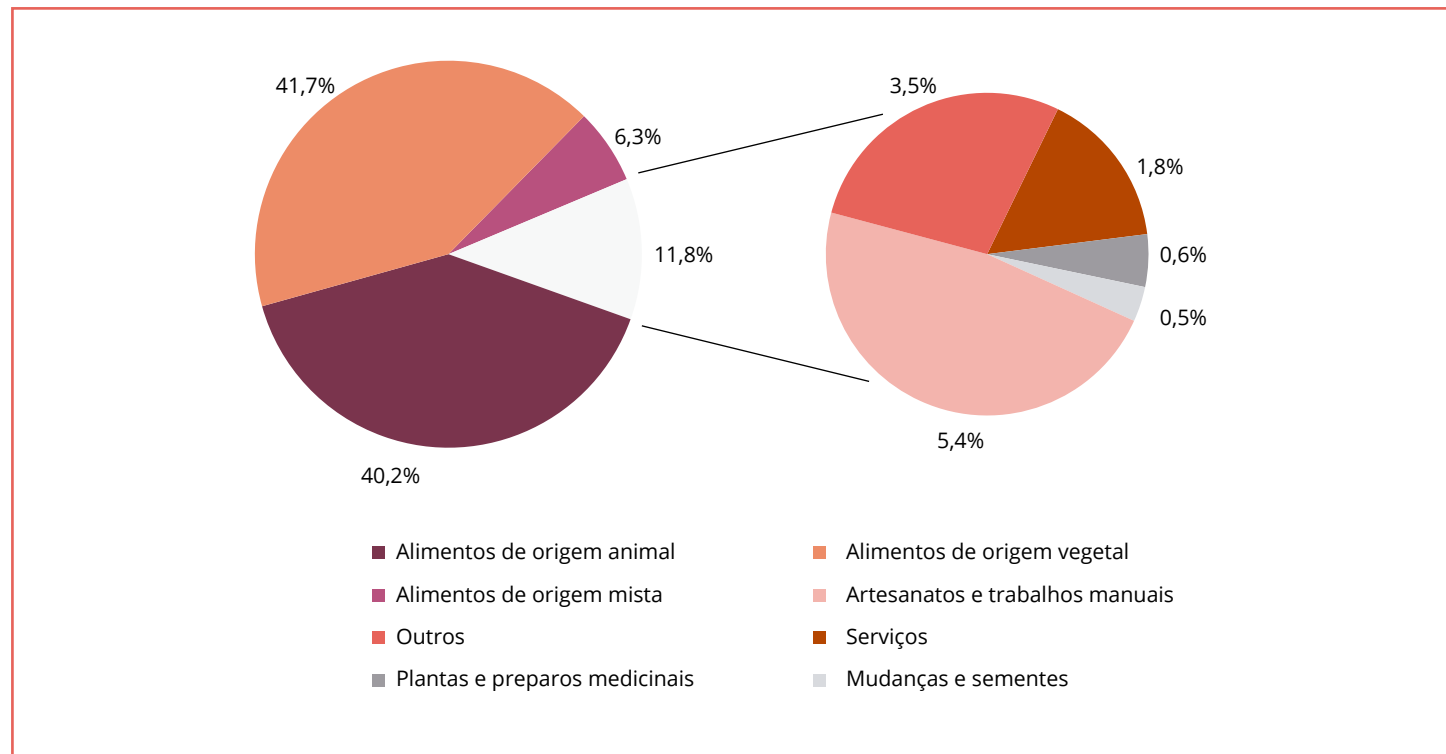
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Por exemplo, o Projeto Dom Távora, do qual participam grupos de agricultoras especializados em artesanatos, evidencia a importância majoritária da produção vegetal nas relações de consumo, doação ou troca, assim como o PVSA que também tem uma parcela significativa deste grupo de alimentos na porcentagem do valor das relações socioeconômicas não monetárias. Por outro lado, os projetos Paulo Freire e Procace demonstram a importância majoritária dos alimentos de origem animal para as relações não monetárias (consumo, doação e troca), enquanto os produtos de origem animal e vegetal contribuem de maneira similar para o PSA.

Vê-se, portanto, que existem diferentes padrões de produção agropecuária e, sobretudo, da contribuição diferenciada de alguns grupos de produtos em termos de produção para o autoconsumo ou para relações de reciprocidade e comercialização a depender do contexto em que as agricultoras estão inseridas.

- Sob a perspectiva das relações socioeconômicas monetárias, na Figura 31 são apresentadas as proporções de participação dos grupos de alimentos destinados especificamente à comercialização.

Figura 31. Porcentagem do valor referente à comercialização por grupos de produtos



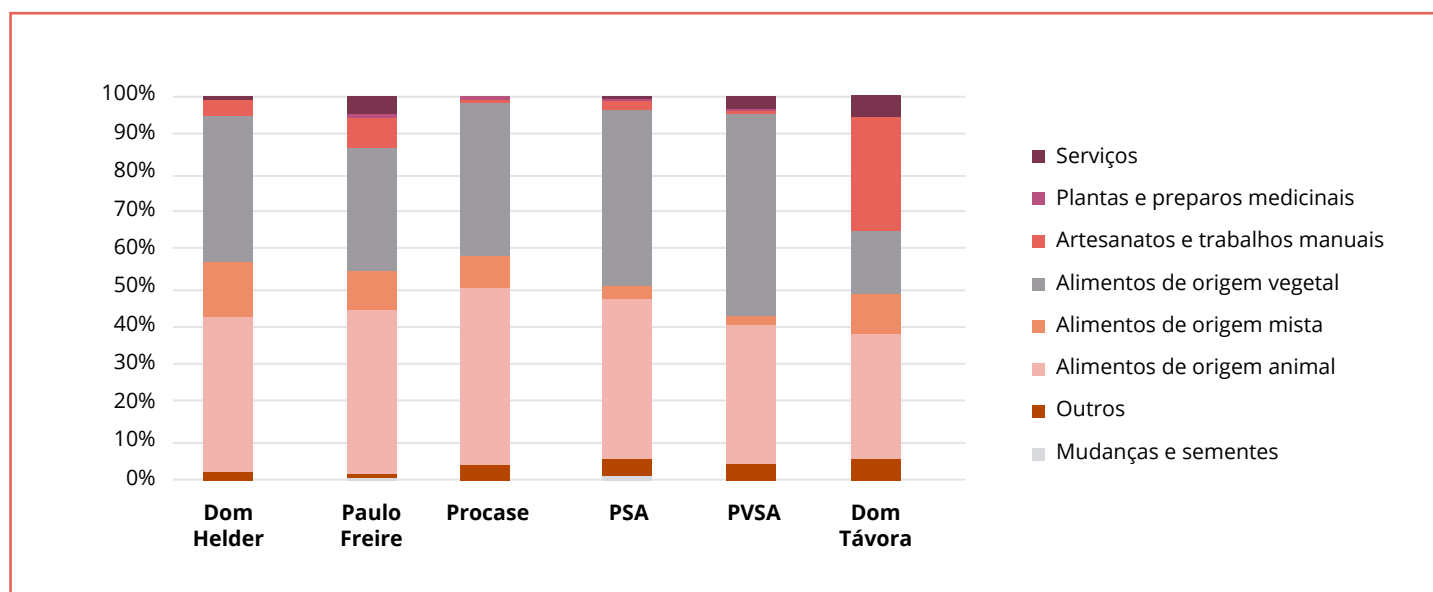
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Observa-se que a proporção da produção de alimento animal para comercialização é semelhante, comparado às relações econômicas não monetárias, demonstrando que são alimentos comumente destinados tanto à alimentação da família e às relações de reciprocidade quanto ao mercado. Em contrapartida, outros alimentos se tornam mais significativos na dinâmica da comercialização, como os processados: pães, bolos, queijos e beijus.

No total, mais de 88% do valor produzido para a venda equivale a alimentos. Dentre os outros produtos, destacam-se os artesanatos que equivalem a 5,4% do total. Nota-se que os artesanatos são quase que exclusivamente destinados à comercialização, enquanto as plantas medicinais são também consumidas, doadas e trocadas, na sua forma in natura e também na forma de chás, xaropes e garrafadas.

Esta relação é dividida entre os projetos na Figura 32:

Figura 32. Porcentagem do valor referente à comercialização por grupos de produtos por projeto



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

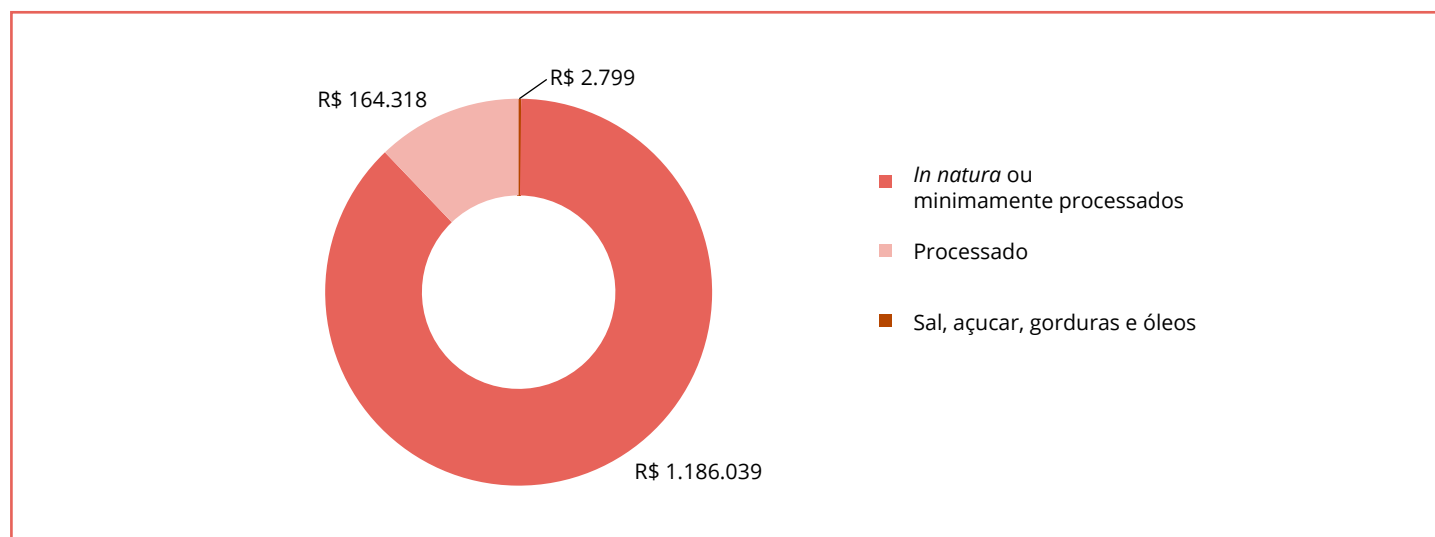
É notório que, apesar de os alimentos de origem vegetal representarem um grupo mais diversificado, ou seja, as agricultoras produzem maior diversidade de alimentos vegetais, a composição da renda oriunda da comercialização é predominantemente baseada em alimentos de origem animal, por seu maior valor agregado, exceto para os projetos PVSA e PSA.

O Projeto Dom Távora também apresenta um padrão atípico, com uma distribuição maior entre os diferentes grupos de produtos, sendo que a produção de artesanatos tem uma contribuição importante para a composição da produção econômica das agricultoras. Também foi o projeto que apresentou maior expressão dos serviços não agrícolas remunerados, como atividades de estética e manicure como fonte de renda das agricultoras.

- No sentido de aprofundar a compreensão dos tipos de alimentos produzidos, estes foram classificados em 3 categorias quanto ao tipo de processamento: in natura (ou minimamente processado), processado e, sais, açúcares, gorduras e óleos.

Essa subdivisão para as relações socioeconômicas não monetárias (troca, doação e/ou consumo) agregadas está ilustrada na Figura 33, enquanto na Figura 34 a divisão é apresentada para cada projeto:

Figura 33. Alimentos: valor referente aos produtos processados na esfera das relações econômicas não monetárias



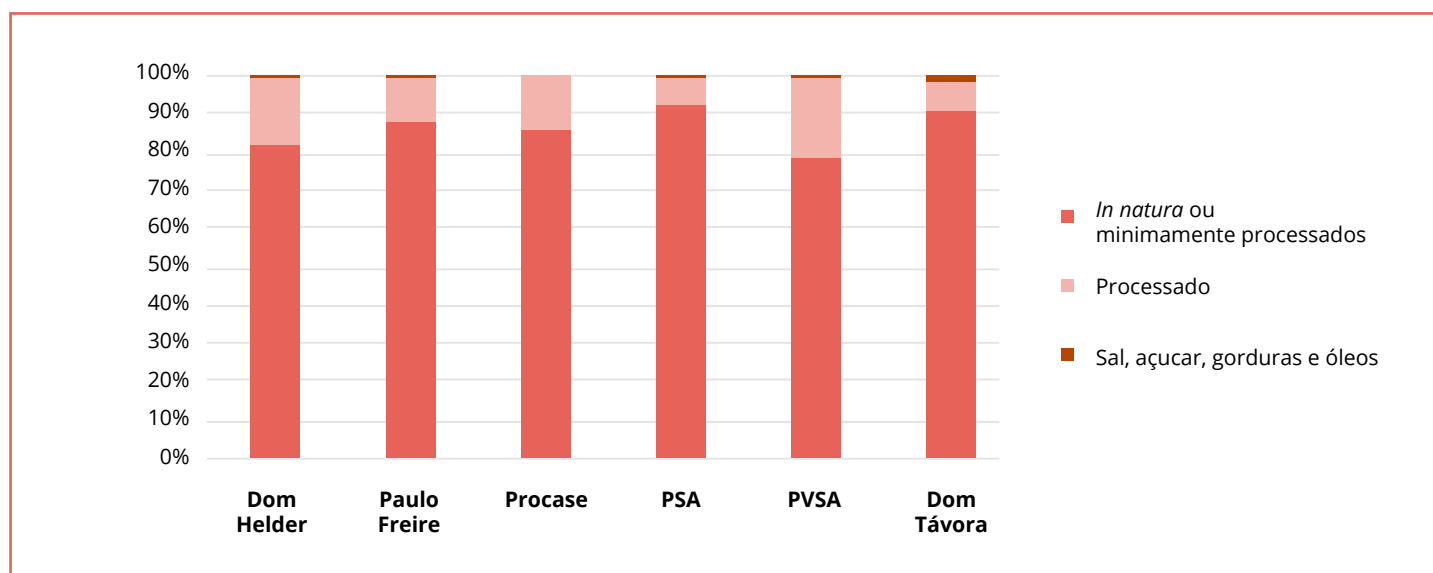
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

De maneira geral, a Figura 33 demonstra que os alimentos *in natura* representam a maior parte do valor dos alimentos produzidos e destinados ao autoconsumo, doação ou troca – cerca de 88% do total das relações não monetárias; enquanto os alimentos processados representam aproximadamente 12%.

Os sais, açúcares, gorduras e óleos têm participação inexpressiva nestes casos (menos de 1%). A notável prevalência de alimentos *in natura* no âmbito das relações socioeconômicas é um importante indicativo dos padrões alimentares das mulheres, seus grupos familiares e comunidades, e reforça sua contribuição para a soberania e segurança alimentar.

A Figura 34 apresenta estas proporções por projeto, como pode ser observado abaixo:

Figura 34. Alimentos: valor referente aos produtos processados na esfera das relações econômicas não monetárias por projeto



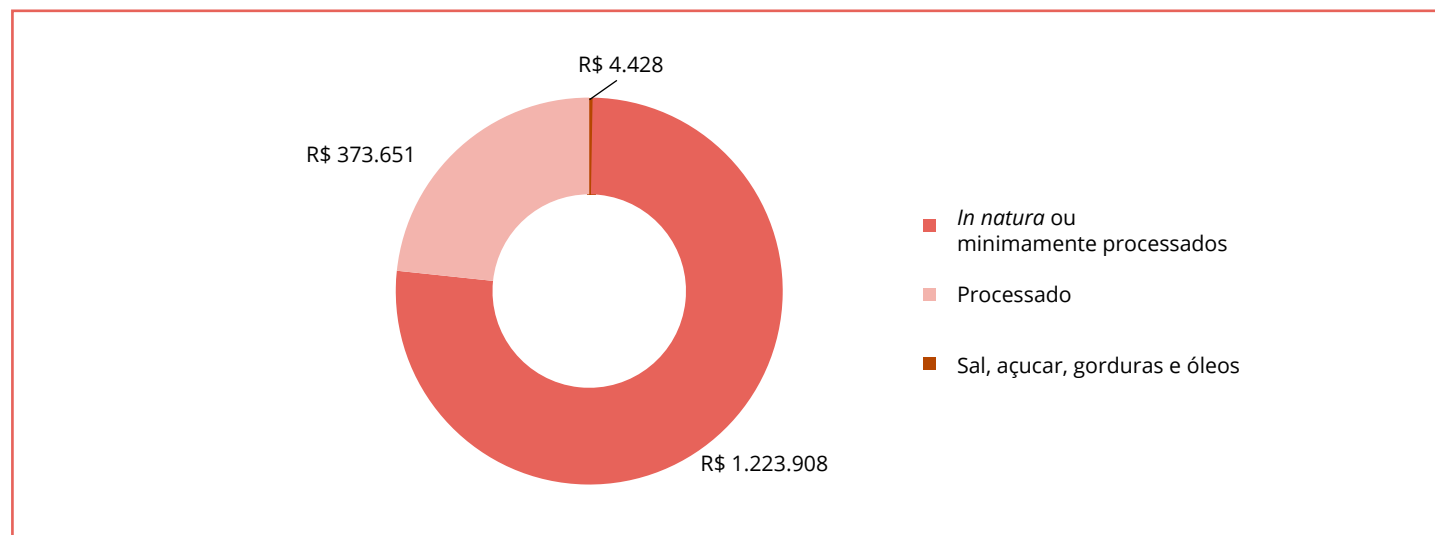
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Percebe-se que os alimentos *in natura* ou minimamente processados mantêm a tendência geral dos dados agregados, quando analisados por projeto, contribuindo majoritariamente com a composição do valor econômico não monetário gerado pela produção das mulheres.

- Cada região possui suas especificidades em relação à diversidade dos alimentos, mas o padrão segue o mesmo.

Este padrão, reflexo do tipo de produção reportada pelas agricultoras, pode também ser observado na esfera da comercialização, como ilustrado nas Figuras 35 e 36, com os valores agregados e por projetos, respectivamente.

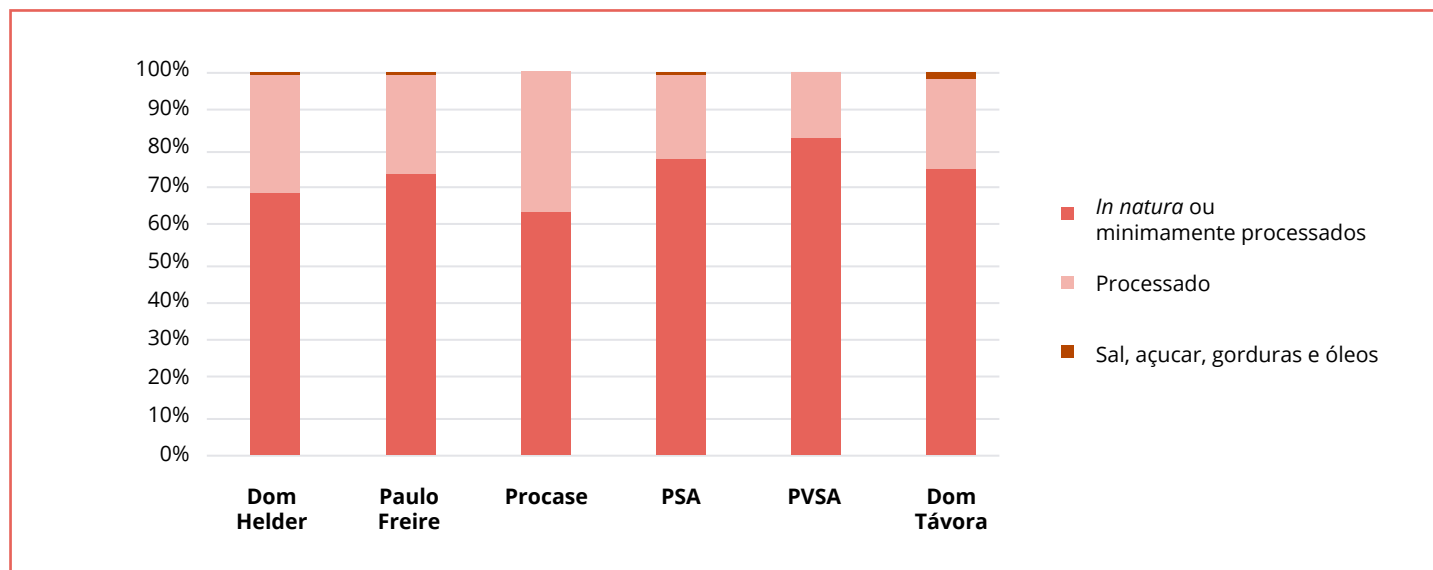
Figura 35. Alimentos: valor referente aos produtos processados na esfera da comercialização



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

A Figura 35 ilustra um padrão semelhante ao observado nas relações socioeconômicas não monetárias, com 76% de participação dos produtos in natura ou minimamente processados, mas com uma maior participação dos produtos processados (23%) na composição do valor monetário total. Isso ocorre do mesmo modo ao analisarmos os dados por projeto, conforme a Figura 36:

Figura 36. Alimentos: processamento na esfera da comercialização por projeto



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Além do padrão já apresentado nos gráficos referentes às relações não monetárias, algumas particularidades em relação aos produtos processados comercializados devem ser ressaltadas. Nota-se que há uma intersecção entre os “outros alimentos” anteriormente ilustrados (Figuras 29, 31, 32), representados em produtos como queijos e bolos. Isso indica que o beneficiamento de alimentos e a decorrente agregação de valor gerada constitui-se como uma característica da produção comercializada pelas agricultoras. Sobretudo, reforça o seu papel para o maior aproveitamento dos alimentos, evitando o desperdício e, conseqüentemente, contribuindo para o acesso à alimentação e a garantia da soberania e segurança alimentar de seu grupo familiar e da sociedade.

- Vejamos a seguir o valor da produção referente às relações socioeconômicas não monetárias (doação, troca e consumo) e, essa relação com o que foi vendido/comercializado.

Valor da produção (em reais) referente às relações socioeconômicas não monetárias por grupo de produtos, por projeto



MUDAS E SEMENTES

Dom Helder: 10,00
 Paulo Freire: 720,50
 Procace: 377,00
 PSA: 1.777,50
 PVSA: 178,50
 Dom Távora: 206,00
Total: 3.269,50



ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL

Dom Helder: 36.630,95
 Paulo Freire: 151.123,90
 Procace: 23.301,35
 PSA: 243.654,18
 PVSA: 111.388,88
 Dom Távora: 32.810,49
Total: 598.909,75



ALIMENTOS DE ORIGEM MISTA

Dom Helder: 8.800,50
 Paulo Freire: 9.031,10
 Procace: 2.021,00
 PSA: 6.285,33
 PVSA: 15.848,05
 Dom Távora: 2.235,00
Total: 44.220,98



ALIMENTOS DE ORIGEM VEGETAL

Dom Helder: 39.221,70
 Paulo Freire: 144.924,90
 Procace: 23.468,10
 PSA: 279.996,81
 PVSA: 180.437,89
 Dom Távora: 41.975,60
Total: 710.025,01



ARTESANATOS E TRABALHOS MANUAIS

Dom Helder: 559,20
 Paulo Freire: 1.939,60
 Procace: 28,00
 PSA: 2.142,00
 PVSA: 2.105,00
 Dom Távora: 2.914,70
Total: 9.688,50



PLANTAS E PREPAROS MEDICINAIS

Dom Helder: 340,45
 Paulo Freire: 1.143,65
 Procace: 320,00
 PSA: 7.314,46
 PVSA: 1.418,50
 Dom Távora: 1.091,50
Total: 11.628,56



SERVIÇOS

Paulo Freire: 1.300,00
 PSA: 4.682,20
 PVSA: 1.848,50
 Dom Távora: 468,00
Total: 8.298,70



MUDAS E SEMENTES

Dom Helder: 18,00
 Paulo Freire: 1.615,00
 Procace: 161,00
 PSA: 5.137,00
 PVSA: 37,00
 Dom Távora: 225,00
Total: 7.193,00



ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL

Dom Helder: 66.829,02
 Paulo Freire: 126.448,05
 Procace: 48.235,50
 PSA: 285.694,45
 PVSA: 146.633,13
 Dom Távora: 55.926,14
Total: 729.766,29



ALIMENTOS DE ORIGEM MISTA

Dom Helder: 23.485,55
 Paulo Freire: 31.692,10
 Procace: 8.734,50
 PSA: 23.831,85
 PVSA: 10.017,00
 Dom Távora: 17.018,56
Total: 114.779,56



ALIMENTOS DE ORIGEM VEGETAL

Dom Helder: 62.408,86
 Paulo Freire: 95.863,03
 Procace: 42.324,41
 PSA: 316.372,71
 PVSA: 211.888,58
 Dom Távora: 28.583,10
Total: 757.440,68



ARTESANATOS E TRABALHOS MANUAIS

Dom Helder: 7.577,00
 Paulo Freire: 24.489,75
 Procace: 774,00
 PSA: 11.782,00
 PVSA: 3.060,00
 Dom Távora: 50.344,65
Total: 98.027,40



PLANTAS E PREPAROS MEDICINAIS

Dom Helder: 266,00
 Paulo Freire: 768,00
 Procace: 461,00
 PSA: 5.818,30
 PVSA: 3.264,20
 Dom Távora: 59,00
Total: 10.636,50



SERVIÇOS

Dom Helder: 238,00
 Paulo Freire: 13.149,50
 PSA: 1.400,00
 PVSA: 10.130,00
 Dom Távora: 8.433,70
Total: 33.351,20

- Vejamos na tabela 17 o valor da produção dos alimentos por tipo de processamento e referente às relações socioeconômicas não monetárias (doação, troca e consumo) e, na tabela 18, essa relação com o que foi vendido/comercializado.

Tabela 17. Valor da produção de alimentos (em reais) referente às relações socioeconômicas não monetárias por tipo de processamento, por projeto

Projeto	<i>In natura ou minimamente processado</i>	Processado	Sal, Açúcar, Gorduras e Óleos	Total Geral
Dom Helder	70.071,34	14.490,81	91,00	84.653,15
Paulo Freire	270.468,95	33.178,95	1.432,00	305.079,90
Procasa	42.140,01	6.650,44		48.790,45
PSA	489.782,04	40.001,78	152,50	529.936,32
PVSA	243.350,82	63.986,00	338,00	307.674,82
Dom Távora	70.225,85	6.010,25	785,00	77.021,10
Total Geral	1.186.039,01	164.318,23	2.798,50	1.353.155,74

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Tabela 18. Valor da produção de alimentos (em reais) referente às relações socioeconômicas monetárias (comercialização) por tipo de processamento, por projeto

Projeto	<i>In natura ou minimamente processado</i>	Processado	Sal, Açúcar, Gorduras e Óleos	Total Geral
Dom Helder	104.937,88	47.693,55	92,00	152.723,43
Paulo Freire	187.913,38	64.677,30	1.412,50	254.003,18
Procasa	63.280,91	36.013,50		99.294,41
PSA	486.744,76	137.533,25	1.621,00	625.899,01
PVSA	304.887,21	63.651,50		368.538,71
Dom Távora	76.144,24	24.081,56	1.302,00	101.527,80
Total Geral	1.223.908,38	373.650,66	4.427,50	1.601.986,54

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Cadernetas.

Ao agricultor

Por Marcilene Araújo

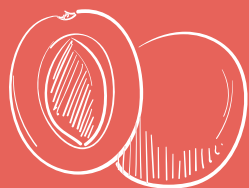
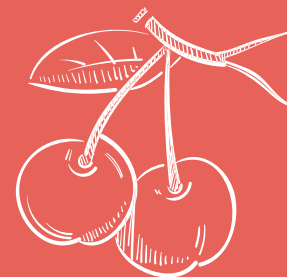
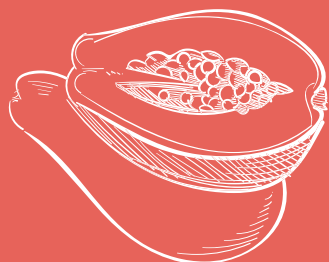
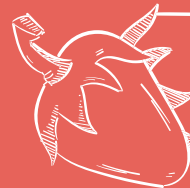
*Agricultora da Comunidade São José dos Cocos/Ipiranga do Piauí.
Beneficiária do Projeto Viva o Semiárido.*

Somos da agricultura
Não temos formatura
O que aprendemos vem de geração
Nosso dia a dia é com dedicação

Vimos grande necessidade
De avançar com responsabilidade
E do meio ambiente cuidar
E agrotóxicos não utilizar

A natureza se encarrega
Só existe uma regra
Pra tudo há solução
Dizer "não" a poluição

A mulher entra com delicadeza
Mostrando como com gentileza
Cuida do que gosta, do quintal ou da roça







Os resultados da sistematização da produção econômica das agricultoras do semiárido, no período de 13 meses de anotações nas Cadernetas Agroecológicas, demonstram que a riqueza produzida por elas é extremamente relevante e deve ser considerada no processo de formulação e reivindicação por políticas públicas no âmbito municipal, estadual e federal. Ao longo de todo o período, 909 agricultoras de 112 municípios somaram mais de 3,2 milhões de reais produzidos por elas, em atividades em geral desvalorizadas ou desconsideradas nas análises econômicas convencionais.

É importante registrar que 7 dos 13 meses de anotações tiveram influência da crise econômica que se aprofundou com a pandemia de covid-19, o que certamente gerou impactos negativos sobre o valor da produção econômica registrada nas Cadernetas. Mercados importantes para a geração de renda para as agricultoras foram fechados no período analisado de março a setembro deste ano, como no caso das feiras municipais. Outros, como o PNAE, foram interrompidos em muitos estados e municípios, com a suspensão das aulas presenciais, o que pode ter interferido na capacidade de escoamento da produção das agricultoras.

De todo modo, este montante permanece sendo desconsiderado nas análises econômicas, e não

aparece na composição do PIB dos municípios e estados, nos projetos de financiamento públicos ou mesmo nas demais estatísticas oficiais. E, ainda, a produção de riqueza realizada pelas mulheres tem impactos sobre outros campos da vida, especialmente sobre a segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades, e sobre a conservação da sociobiodiversidade. É uma riqueza diversa, baseada especialmente na produção de alimentos.

Os dados evidenciaram que as agricultoras manejam, pelo menos, 1.738 tipos de produtos, incluindo as variedades intraespecíficas, sendo a maior parte composta por alimentos. Além disso, cerca de 60 tipos de serviços realizados por elas foram notificados nas Cadernetas Agroecológicas.

A diversidade produtiva das agricultoras e sua lógica econômica baseada na pluriatividade é bastante distinta da especialização produtiva proposta por alguns projetos apoiados pelo FIDA. O resultado da sistematização das Cadernetas Agroecológicas mostra que, quanto maior a diversificação produtiva das mulheres, maior é sua produção econômica e, portanto, os programas públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural devem se desenvolver neste sentido, evitando a especialização e o foco nas cadeias produtivas.

Também ficou demonstrado que os mediadores sociais de cor e origem étnica são limitantes para a produção econômica das agricultoras, refletindo a necessidade de se adotar ações efetivas para a superação das desigualdades de gênero, raça e etnia. Sem isso, quaisquer outras políticas e ações terão resultados incompletos ou pouco efetivos para a superação da pobreza, um dos objetivos centrais do Programa Semear Internacional.

Ainda, dois campos de políticas públicas se mostraram fundamentais para o fortalecimento da autonomia econômica das agricultoras e, ao mesmo tempo, da Segurança e Soberania Alimentar, ainda que, sob impacto da covid-19, tenham sofrido descontinuidade no período: i) as políticas de compras institucionais, como o PAA e PNAE; e ii) as políticas de acesso à água de beber e de produção.

Tais políticas, quando acessadas, mostraram ter um impacto positivo e direto na produção econômica das agricultoras. Além disso, ao reconhecerem as agricultoras por seu papel econômico, tais políticas contribuem para tirar da invisibilidade uma parcela da população ainda muito marginalizada nas políticas econômicas, superando a histórica e estreita visão da gestão pública sobre as mulheres, em especial as mulheres rurais.

Este artigo traz elementos importantes para a reflexão institucional dos Projetos e gestores/as públicos/as nos estados e também a ser feita com as agricultoras, por parte das assessorias técnicas. Além disso, dão importantes indicativos para a orientação das ações do FIDA no Brasil, para cumprir alguns de seus objetivos de reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar e fortalecer a resiliência das famílias no meio rural.

Cabe destacar que as Cadernetas Agroecológicas são um instrumento e uma metodologia com grande adesão das agricultoras por serem de fácil utilização. As equipes de assessoria podem utilizá-la de maneira simples, fazendo apenas a soma das colunas mês a mês, como forma de subsidiar as reflexões com as mulheres sobre o volume de recursos gerado por elas.

No entanto, ficou evidente que as assessoras de gênero dos projetos e o espaço constituído para o diálogo com esta consultoria, por meio do Grupo de Trabalho de Gênero, foi fundamental para o sucesso na implementação das Cadernetas Agroecológicas e para qualificar os resultados analíticos ora apresentados.

Ter uma consultoria específica para a sistematização possibilitou gerar dados agregados com rigor estatístico para subsidiar análises mais amplas, no nível dos projetos, ou mesmo de gestoras/es públicas/os no âmbito estadual e federal. Por outro lado, ficou evidente a necessidade de uma maior apropriação da metodologia para a sistematização e análise pelos projetos, de modo a gerar informações específicas de acordo com as eventuais demandas de gestoras/es públicas/os.

Por este motivo, recomenda-se que novas ações que adotem as Cadernetas Agroecológicas como instrumento político e pedagógico prevejam recursos para dois níveis de sistematização: i) a sistematização centralizada, feita por meio de consultoria especializada, para realizar a análise agregada de dados, criar e atualizar o banco de dados unificado, bem como criar as condições para a sistematização descentralizada no nível dos projetos; e ii) a sistematização descentralizada dos dados por projeto para a produção de análises específicas às demandas de técnicos/as e gestores/as públicos/as, por meio de atividades de capacitação e monitoria às equipes dos projetos, realizada por consultoria especializada.

Por fim, no âmbito do Programa Semear Internacional, foi possível gerar dados qualificados no campo do monitoramento e avaliação dos projetos, incorporando a abordagem de gênero, especialmente no que tange às mudanças e aos impactos econômicos decorrentes do seu apoio em diferentes contextos.

Deste modo, espera-se ter contribuído para subsidiar a tomada de decisão institucional nos diferentes níveis e a reorientação de ações que contribuam para o cumprimento dos objetivos de superação da pobreza e das desigualdades de gênero no meio rural no Brasil.

BRAGA, CÍCERO AUGUSTO SILVEIRA. Insegurança alimentar e nutricional em duas perspectivas: índice de insegurança alimentar dos estados brasileiros e a mulher como chefe em diferentes configurações de divisão do tempo. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa, 2018.

BRAGA, CÍCERO AUGUSTO SILVEIRA, COSTA, LORENA VIEIRA. Food insecurity and nutrition index: Disaggregation and evidence for Brazilian states , 2020. Pap. Reg. Sci. 99, 1749–1771. <https://doi.org/10.1111/pirs.12549>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. – Brasília, 2014. 156 p. : il.

DUFLO, ESTHER, 2012. Women Empowerment and Economic Development. J. Econ. Lit. 50, 1051–1079. <https://doi.org/10.1257/jel.50.4.1051>

IBGE. **Microdados da PNAD 2019**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>>. Acessado em: outubro 2020.

KERGOAT, DANIELÉ. A divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, MARLI et al. (orgs). **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. 55 – 63p. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-64.

OROZCO, AMAIA PÉREZ. Economía del género y economía feminista ¿Conciliación o ruptura? **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. Caracas, 2005, Vol 10, N° 24.

ORGAIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA – FAO. In: NOBRE, Miriam; HORA, Karla. (Orgs.) **Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe**. Chile, 2017. 68p.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época** (1944). Trad. Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras Agroecológicas**: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, 2018.

Este livro foi composto com as famílias tipográficas
Stilu, Open Sans e Nickainley.



Investindo nas populações rurais



ISBN 978-92-9266-105-2



9 789292 661052